

Boletim de Conjuntura do Distrito Federal

3º trimestre de 2018

codeplan
COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de
Planejamento,
Orçamento e Gestão



Boletim de Conjuntura do Distrito Federal

3º trimestre de 2018

Brasília-DF, dezembro de 2018

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Rodrigo Rollemberg
Governador

Renato Santana
Vice-Governador

**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO
E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL - SEPLAG**
Renato Jorge Brown Ribeiro
Secretário

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CODEPLAN
Lucio Remuzat Rennó Júnior
Presidente

Martinho Bezerra de Paiva
Diretor Administrativo e Financeiro

Bruno de Oliveira Cruz
Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas

Ana Maria Nogales Vasconcelos
Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Aldo Paviani
Diretor de Estudos Urbanos e Ambientais

EQUIPE RESPONSÁVEL

Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas

Bruno de Oliveira Cruz

Diretor

Clarissa Jahns Schlabit

Gerente de Contas e Estudos Setoriais

Larissa Maria Nocko

Gerente de estudos regional e metropolitano

Sandra Regina Andrade Silva

Chefe do Núcleo de Contas Regionais

Carlos Alberto Reis

Chefe do Núcleo de Análise de Índice de Preços

Euripedes Regina Rodrigues de Oliveira

Economista

João Renato Lerípio Gomes

Pesquisador

Renato Costa Coitinho

Estagiário

Revisão e copidesque

Eliane Menezes

Editoração Eletrônica

Maurício Suda

SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO	5
1. INTRODUÇÃO.....	7
2. ECONOMIA BRASILEIRA	8
2.1. Nível de atividade.....	8
2.2. Inflação.....	9
2.3. Mercado de trabalho.....	10
2.4. Política fiscal	10
3. ATIVIDADE ECONÔMICA DO DF	11
3.1. Comércio.....	13
3.2. Serviços	16
4. ANÁLISE DE PREÇOS.....	20
4.1. Índice nacional de preços ao consumidor - INPC	25
5. MERCADO DE TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL	27
5.1. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED.....	27
5.2. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED (MT)	31
6. FINANÇAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL	34
6.1. Receitas	34
6.2. Despesas	38
6.3. Investimentos	40
6.4. Resultado e Meta	41
6.5. Sustentabilidade do Endividamento.....	41

SUMÁRIO EXECUTIVO

Brasil

- Os resultados do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil para o terceiro trimestre de 2018 indicam continuidade no processo de recuperação na economia brasileira, embora em ritmo bastante gradual. Na comparação com o terceiro trimestre de 2017, o PIB avançou 1,3%.
- Pelo lado da oferta, a agropecuária avançou 2,5%. Serviços apresentou crescimento de 1,2%, e a indústria, por sua vez, registrou crescimento de 0,8%. Pelo lado da demanda, os destaques foram a formação bruta de capital fixo (7,8%) e o consumo das famílias (1,4%).
- A inflação brasileira, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), registrou avanço de 0,72% no terceiro trimestre. O resultado, bastante inferior ao registrado no trimestre anterior, deve ser entendido como uma acomodação de choques de oferta, em particular a greve no setor de transportes de cargas. Diante deste quadro, as expectativas de mercado apontam inflação ligeiramente abaixo de 4,0% em 2018 e ao redor de 4,1% em 2019.
- O mercado de trabalho apresenta evolução, embora ainda persistam sinais de ociosidade. A taxa de desocupação, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), registrou 11,9% no terceiro trimestre de 2018 contra 12,4% no mesmo trimestre de 2017. Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), mostram avanços no mercado de trabalho formal, com ganho líquido de 318 mil postos de trabalho no terceiro trimestre.
- No que diz respeito às contas públicas, os dados disponíveis para o período entre janeiro e setembro mostram avanço em relação ao mesmo período do ano anterior. Mais especificamente, houve redução do déficit primário em 1,0 pp do PIB. Cabe notar, entretanto, que a previdência social continua como o grande desafio para o ajuste fiscal.

Distrito Federal

- A leitura do Índice de Desempenho Econômico do Distrito Federal (Idecon/DF) apresenta quadro mais favorável no terceiro trimestre, ainda que a recuperação seja lenta. Na comparação com o mesmo trimestre de 2017, houve avanço de 0,9% no indicador. No que diz respeito aos grandes setores da atividade, houve retração na *Agropecuária* (-2,8%) e na *Indústria* (-0,2%). Foi o avanço de 0,9% no setor de *Serviços* que garantiu o resultado positivo no trimestre.
- As pesquisas setoriais, divulgadas pelo IBGE, corroboram o cenário de enfraquecimento do comércio e de recuperação dos serviços. A Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) aponta queda de 2,0% no volume do comércio varejista ampliado, com a maior parte dos setores apresentando retração. A Pesquisa Mensal dos Serviços (PMS), por sua vez, registrou elevação de 4,0%

no volume dos serviços. Os destaques foram os segmentos *Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio* (15%) e *Serviços de informação e comunicação* (12,4%).

- A inflação medida pelo IPCA registrou variação de 0,91% no terceiro trimestre, sob influência de avanços nos preços da *gasolina*, da *passagem aérea* e da *energia elétrica*. Entretanto, no acumulado do ano até setembro, a evolução do indicador segue em patamar confortável, com variação de 2,76%.
- O mercado de trabalho mostra um quadro mais favorável do que o observado no trimestre anterior, com redução na taxa de desocupação medida pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) de 18,7% para 18,4% na série com ajuste sazonal. Os registros do CAGED ratificam o melhor desempenho do setor privado formal. Em particular, os três grandes setores apresentaram saldo positivo no terceiro trimestre, com destaque para o setor de Serviços.
- A análise das finanças públicas do governo distrital mostra que os três principais componentes da receita têm crescido, o que é condizente com diagnóstico de estabilização identificada por este boletim. O gasto com pessoal tem mostrado uma maior disciplina. Também, tem-se investido gradativamente mais. O endividamento está crescendo, porém ainda muito abaixo dos limites legais. E, por fim, o resultado primário está dentro da meta, mesmo olhando pra despesas empenhadas.
- Em resumo, a economia do Distrito Federal mostra sinais positivos, porém com alguma acomodação. De um lado, segmentos importantes como o comércio e a construção mostram números negativos no trimestre. De outro lado, segmentos de serviços que vinham mostrando retração em períodos anteriores apresentaram recuperação. Como consequência, o mercado de trabalho apresenta sinais de recuperação, com aumento de postos especialmente no setor formal, embora ainda com elevada capacidade ociosa. O nível geral de preços, por sua vez, exhibe convergência para patamares mais baixos, passados os efeitos diretos de choques negativos observados no trimestre anterior.

1. INTRODUÇÃO

Esta é a sexta edição do Boletim de Conjuntura do Distrito Federal, consolidando o trabalho de acompanhamento econômico que a Codeplan vem realizando. O Boletim se refere ao terceiro trimestre de 2018, oferecendo uma visão ampla do comportamento da atividade econômica no Distrito Federal. A defasagem de quase três meses se faz necessária para compatibilizar os dados econômicos do Distrito Federal, objetivando apresentar um quadro completo da economia no período avaliado. Contudo a Codeplan acompanha e analisa, em outras publicações, as variáveis econômicas mais recentes já disponibilizadas, como é o caso do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)/Brasília e da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). O objetivo do Boletim, além de dar publicidade aos dados mais recentes do Índice de Desempenho Econômico do Distrito Federal (Idecon-DF) é o de contextualizar o desempenho das atividades econômicas do DF com demais agregados econômicos locais e nacionais, compondo um quadro macroeconômico mais amplo.

Quando se analisa os números da economia do Distrito Federal no terceiro trimestre de 2018, é possível perceber que a atividade econômica mostra recuperação, embora em ritmo gradual. Todavia o cenário ainda se mostra recessivo em alguns segmentos importantes, de maneira que o resultado oferece um quadro positivo, ainda que erráticos em variáveis.

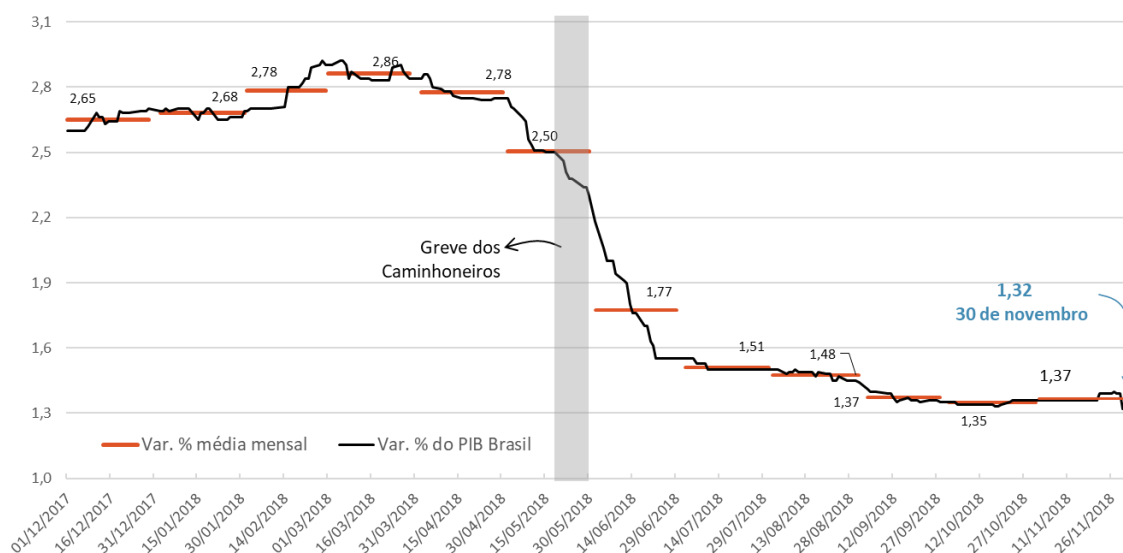
Esta análise de conjuntura se estrutura com uma primeira seção avaliando o cenário nacional. Em seguida, são apresentados os resultados da economia do DF, medidos por meio do Idecon-DF e de pesquisas mensais de serviços e comércio. A situação inflacionária da região é analisada pelo IPCA em seção seguinte. Logo após, oferece-se uma análise do mercado de trabalho, avaliando os números da PED e do banco de dados CAGED do Ministério do Trabalho. Por fim, uma breve avaliação do quadro fiscal do Governo do Distrito Federal é oferecida, com base em relatórios oficiais que são divulgados bimestral e/ou quadrimestralmente.

2. ECONOMIA BRASILEIRA

2.1. Nível de atividade

Um panorama rápido sobre a economia brasileira neste ano pode ser resumido ao se observar o comportamento das expectativas do mercado. É manifesta a frustração em torno da economia brasileira ao longo de 2018: no início do ano se esperava um crescimento próximo de 3% no ano, e, em junho, a expectativa já estava na metade desta variação conforme mostra o Gráfico 1. Assim, até o final de novembro, a mediana das expectativas era de que o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil iria variar 1,32% em 2018. Isso significa em termos de desempenho que a economia brasileira tende demorar ainda mais para retomar um ritmo de crescimento vigoroso.

Gráfico 1 - Expectativa de PIB Total - variação % - Mediana - Anual - Brasil - Período de 1º/12/2017 a 30/11/2018 para o ano de 2018

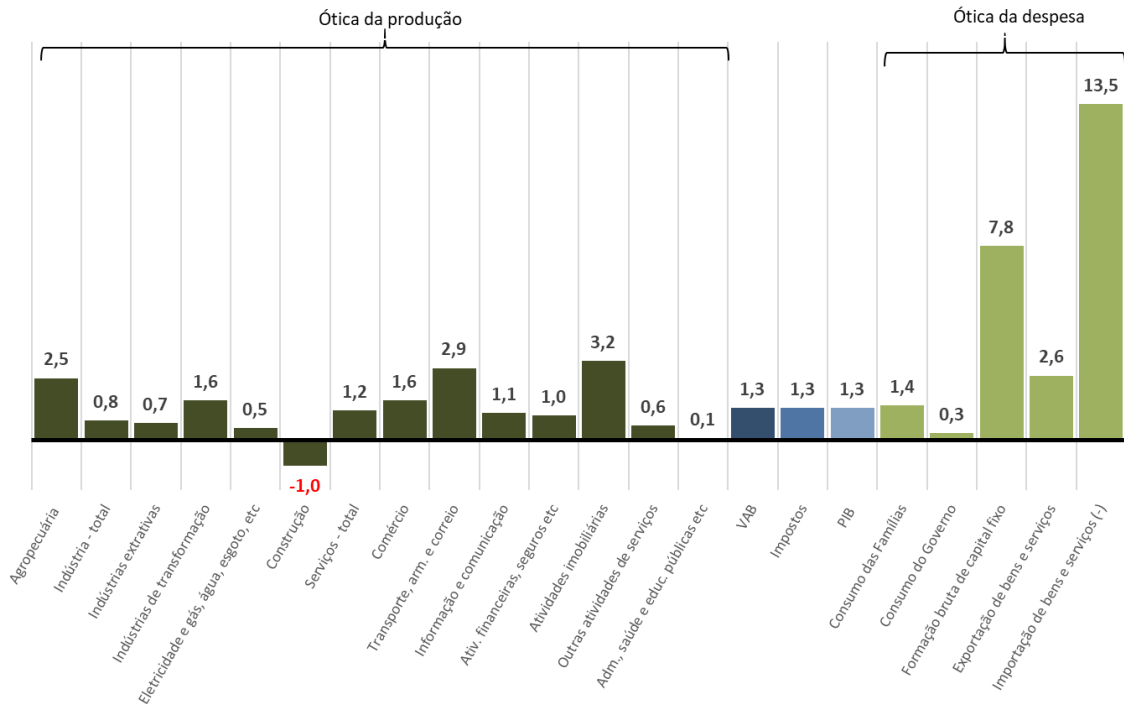


Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan. Consulta 04/12/2018.

Em concordância com estas expectativas, o resultado do terceiro trimestre de 2018, apurado pelo IBGE, confirmou esse processo lento de recuperação da atividade na economia brasileira. Assim, na comparação com o segundo trimestre de 2018, o PIB avançou 0,8% e 1,3% relativamente ao mesmo trimestre do ano anterior. No acumulado em quatro trimestres, o crescimento foi de 1,4%.

Em relação aos grandes setores, a variação trimestral (trimestre contra mesmo trimestre do ano anterior) da agropecuária ficou em 2,5%, da indústria, 0,8%, e dos serviços, 1,2%. Em relação à agropecuária, era esperada uma variação mais modesta frente à supersafra do ano anterior. Na indústria, destacou-se positivamente a indústria de transformação, com alta de 1,6%, e, negativamente, a construção como o único segmento que registrou retração, de -1,0%. Nos serviços, o destaque vai para atividades imobiliárias, com 3,2% de elevação e o comércio, com 2,6%. Note-se que o bom resultado do comércio é reflexo, no lado da demanda, do aumento do consumo das famílias, com alta 1,4%. O Gráfico 2 mostra a variação percentual do PIB, decomposto em ótica da produção e da despesa.

Gráfico 2 - Variação Trimestral (%) Produto Interno Bruto (PIB) - BRASIL - Trimestre em relação ao mesmo trimestre ano anterior - 3T2018

Fonte: IBGE
Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan.

De maneira geral, os resultados estão de acordo com um ambiente macroeconômico mais estável, com inflação sob controle e taxa de juros acomodada e estável, o que proporciona maior poder de compra e melhores condições no mercado de crédito. Não apenas as famílias tiveram aumento no consumo como o governo também. Já as exportações subiram 2,6%, enquanto as importações, 13,5%. A formação bruta de capital fixo, com 7,8% de variação, teve este resultado devido a ajustes contábeis de incorporação de bens destinados à indústria de óleo e gás decorrente de modificações no regime REPETRO.

2.2. Inflação

A inflação brasileira, medida pelo IPCA, apresentou variação de 0,72% no terceiro trimestre, bem menor do que o registrado no trimestre anterior de 1,89%. Essa desaceleração nos preços é mais uma acomodação do choque que pressionou para cima os preços durante a greve dos caminhoneiros. Assim, a inflação em 12 meses aponta alta de 4,53%, mostrando-se estável e praticamente em cima da meta de inflação perseguida pelo Banco Central do Brasil, possivelmente refletindo o hiato do produto e a lenta recuperação econômica do país.

Diante desse quadro, as expectativas de mercado¹ apontam inflação um pouco abaixo de 4% em 2018 e um pouco acima de 4,1% em 2019. Já a expectativa do mercado para taxa de juros é de que se mantenha em 6,5% a.a. em 2018 e que suba para 7,75% em 2019.

¹ Boletim Focus do Banco Central de 30 de novembro de 2018.

2.3. Mercado de trabalho

A recuperação do mercado de trabalho vem acompanhando o ritmo lento da trajetória da economia brasileira, mostrando um quadro mais favorável do que o registrado no mesmo período de 2017, porém ainda com sinais de ociosidade. A taxa de desocupação, de acordo com dados da PNAD Contínua divulgados pelo IBGE, registrou 11,9% no terceiro trimestre contra 12,4% no segundo trimestre de 2018, mesmo percentual registrado no terceiro trimestre de 2017. Vale ressaltar que a queda de 0,5pp entre junho e setembro ocorreu concomitante ao aumento da taxa de participação, sendo isso bom sinal. Dados do CAGED, divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), corroboram a recuperação mostrando avanços no mercado de trabalho formal, com ganho líquido de 318 mil postos de trabalho no terceiro trimestre de 2018 contra 149 mil no mesmo trimestre de 2017.² Apesar da melhora, o número de desempregados ainda está em mais de 12 milhões de pessoas.

2.4. Política fiscal

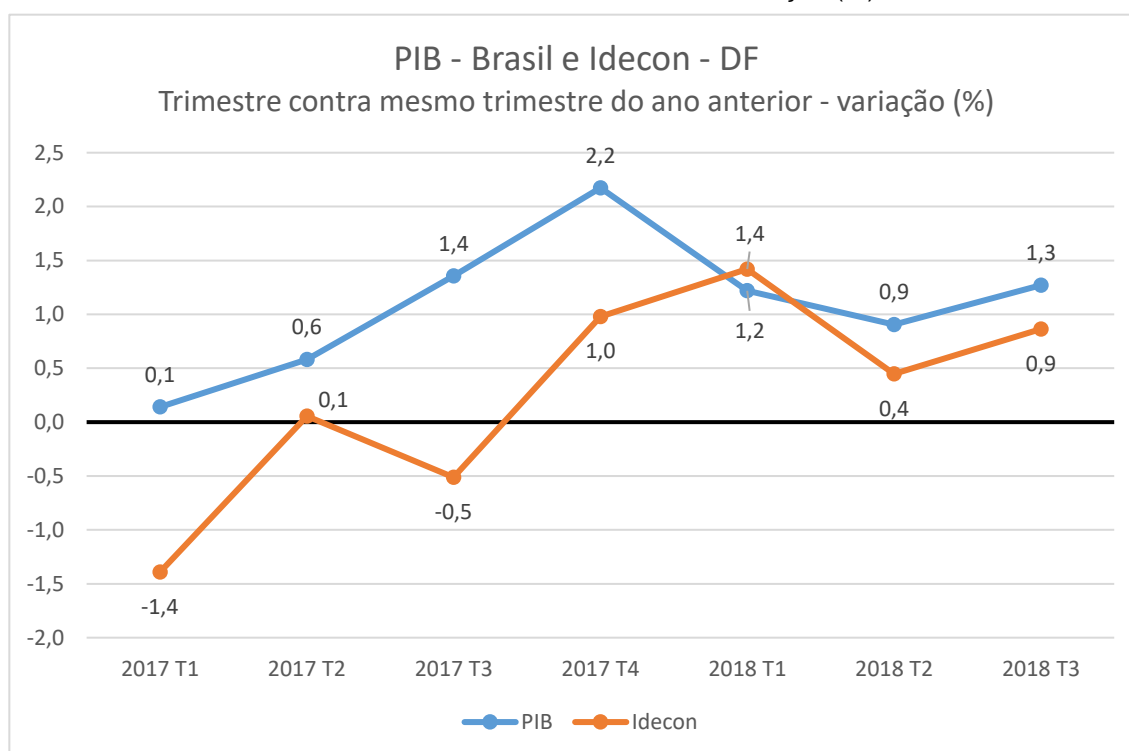
No que diz respeito às contas públicas, os dados disponíveis para o período janeiro a setembro mostram avanço em relação ao mesmo período do ano anterior. De acordo com dados divulgados pelo Tesouro Nacional, o resultado primário do Governo Central foi de um déficit de R\$ 81,6 bilhões contra R\$ 109,6 bilhões no ano anterior. Isso significa que ano passado, até setembro, o déficit primário estava em 2,6% do PIB e, neste ano, é de 1,6% do PIB, e o que mais pressiona negativamente é o resultado da Previdência Social. A meta para o fechamento do ano de 2018 é de R\$ 159,0 bilhões, ou seja, 2,2% do PIB, sendo que a expectativa em 30 de novembro era de que o resultado primário fecharia em déficit equivalente a 1,8% do PIB.

² Os valores referem-se à soma dos dados dentro e fora de prazo.

3. ATIVIDADE ECONÔMICA DO DF

Em consonância com o passo lento da economia nacional, a economia do Distrito Federal também tem tido pouco vigor em sua trajetória de recuperação. Assim, após apresentar forte desaceleração no segundo trimestre – em certa medida por efeito da greve dos caminhoneiros –, a atividade econômica no Distrito Federal mostrou sinais de reação, ainda que tímidos. Mais especificamente, a leitura do Idecon-DF registrou avanço de 0,9% no terceiro trimestre deste ano em relação ao mesmo trimestre de 2017. Cabe notar, ainda, que houve uma pequena redução do hiato da economia local em relação ao PIB do Brasil, calculado pelo IBGE (Gráfico 3).

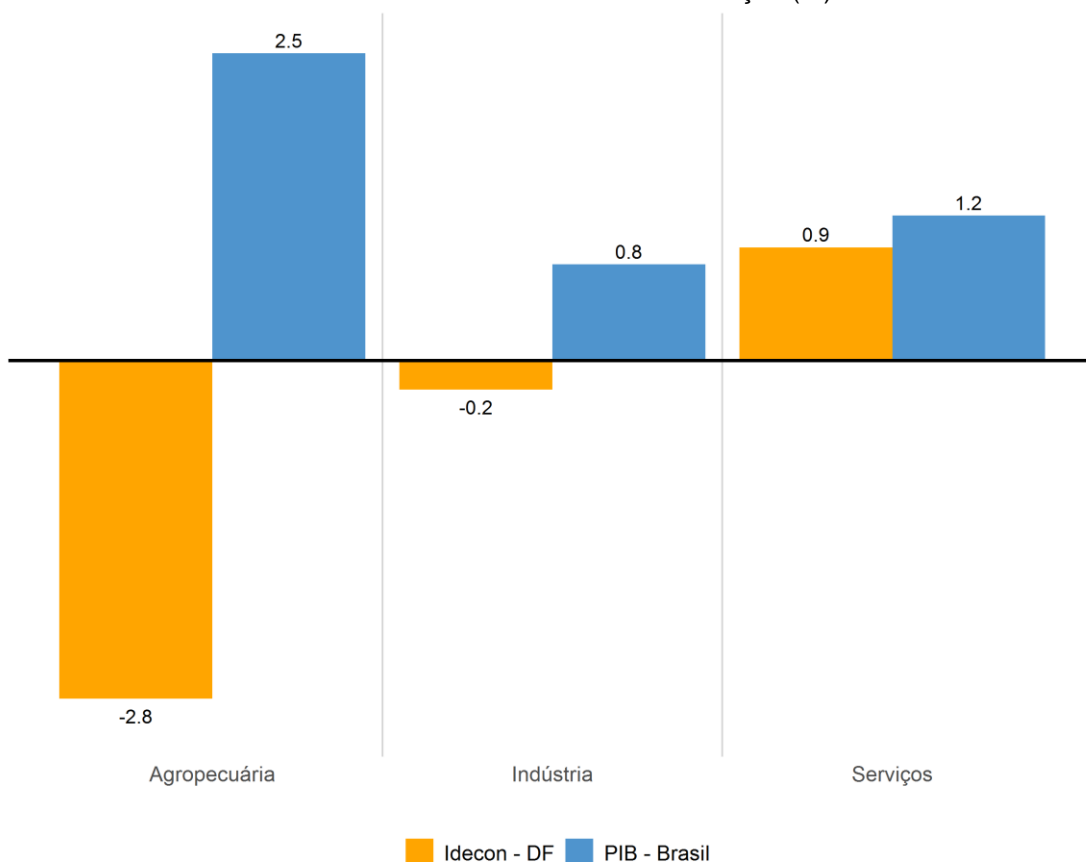
Gráfico 3 - PIB-Brasil e Idecon-DF - 1º Trimestre de 2017 a 3º Trimestre de 2018
Trimestre contra mesmo trimestre do ano anterior - variação (%)



Fontes: Codeplan e IBGE
Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

No que diz respeito aos grandes setores de atividade, houve retração na *Agropecuária* (-2,8%) e na *Indústria* (-0,2%). Entretanto como estes setores representam uma pequena parcela da economia do Distrito Federal, seu impacto foi limitado. Desta forma, foi o avanço de 0,9% nos *Serviços* – cujo peso na economia do DF é de 94,9% – que garantiu o resultado positivo do trimestre (Gráfico 4).

Gráfico 4 - PIB-Brasil e Idecon-DF - Setores de atividade - 3º Trimestre de 2018
Trimestre contra mesmo trimestre do ano anterior - variação (%)



Fontes: Codeplan e IBGE
Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Quanto aos segmentos de atividade econômica, à exceção do *Comércio* que registrou recuo de 2,1% no período, todas as demais categorias de *Serviços* apresentaram expansão. Os grandes destaques foram os segmentos *Outros serviços* (2,9%)³ e *Administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social* (0,4%) – este último, embora com variação modesta, representa quase metade do setor de *Serviços* no Distrito Federal, sendo um dos motores da economia distrital (Tabela 1).

³ Inclui os segmentos de Alojamento e alimentação; Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços; Educação e saúde privados; e Serviços domésticos. O Idecon-DF inclui também Transporte, armazenagem e correio e Atividades imobiliárias.

Tabela 1 - PIB-Brasil e Idecon-DF - Setores de atividade - 2º Trimestre de 2018 e 3º Trimestre de 2018. Trimestre contra mesmo trimestre do ano anterior - variação (%)

Setores e Atividades Econômicas	PIB - Brasil		IDECON - DF		
	2T2018	3T2018	2T2018	3T2018	Peso (%)
Agropecuária	0,3	2,5	-0,1	-2,8	0,4
Indústria	0,8	0,8	-1,2	-0,2	4,7
Indústrias extrativas	0,5	0,7	-	-	-
Indústria de transformação	1,7	1,6	-0,1	0,0	1,1
Construção	-2,7	-1,0	-1,1	-0,1	2,8
Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	3,1	0,5	-	-	-
Outros da indústria	-	-	-3,1	-0,9	0,8
Serviços	1,1	1,2	0,5	0,9	94,9
Comércio	2,0	1,6	0,4	-2,1	6,1
Informação e comunicação	0,5	1,1	0,7	0,3	3,1
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	0,7	1,0	0,8	0,8	16,2
Administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social	0,1	0,1	-0,4	0,4	44,6
Transporte, armazenagem e correio	1,1	2,9	-	-	-
Atividades imobiliárias	3,0	3,2	-	-	-
Outros serviços	0,7	0,6	2,0	2,9	24,9
IDECON-DF / PIB-Brasil	0,9	1,3	0,4	0,9	100

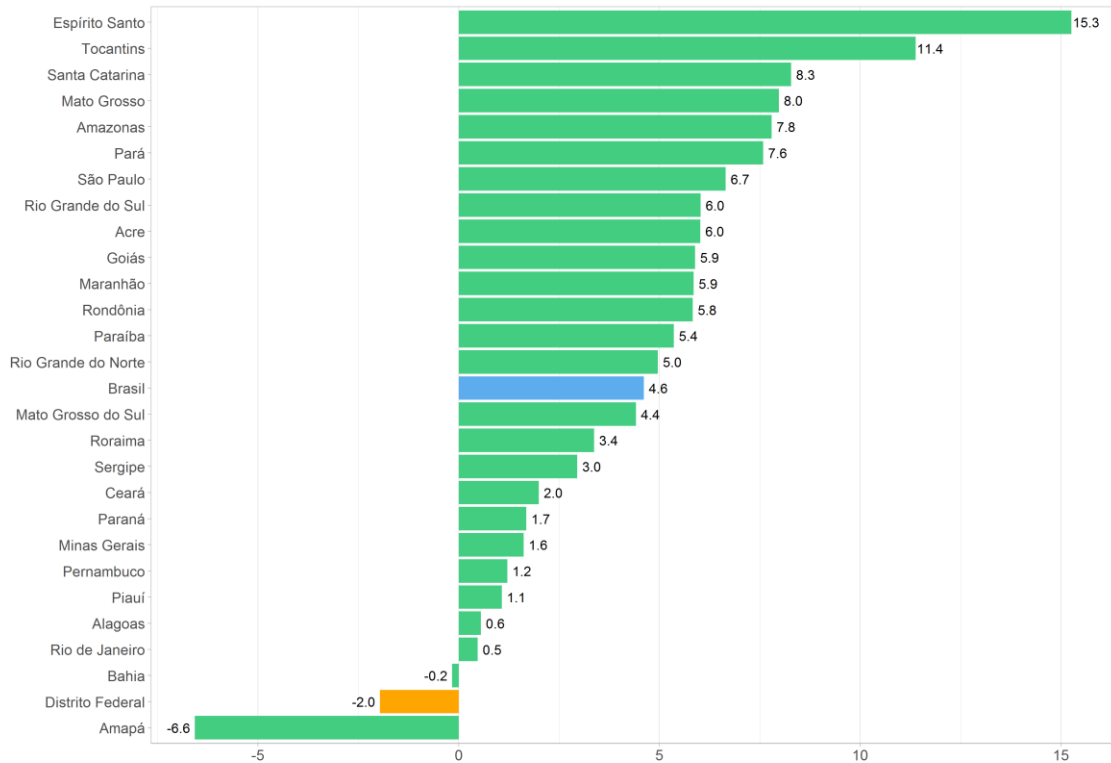
Fontes: Codeplan e IBGE
Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Conforme visto, os números do Idecon-DF mostram uma economia em trajetória ascendente, porém em ritmo bastante cadenciado, fato que vem alongando o processo de recuperação econômica. Contudo é importante enfatizar que é o quarto trimestre seguido que o Idecon-DF registra números positivos, indicando que a trajetória positiva é robusta. A seguir serão analisadas duas pesquisas do IBGE que explicam melhor o desempenho do comércio no trimestre e do setor de *Serviços* não financeiros.

3.1. Comércio

A leitura dos dados da Pesquisa Mensal do Comércio Ampliado (PMC), divulgada pelo IBGE, ratifica o cenário de contração do segmento identificado no Idecon-DF e o cenário de variação positiva no Brasil. Com os números da PMC Ampliada, fica evidente que o resultado negativo é específico de poucas unidades federativas, entre as quais o Distrito Federal se posiciona com o segundo pior resultado. Assim, na média nacional, houve expansão de 4,6% no terceiro trimestre de 2018 quando comparado ao terceiro trimestre de 2017 (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Variação do volume de vendas no Comércio Varejista Ampliado - 3º Trimestre de 2018. Trimestre contra mesmo trimestre do ano anterior - (%)

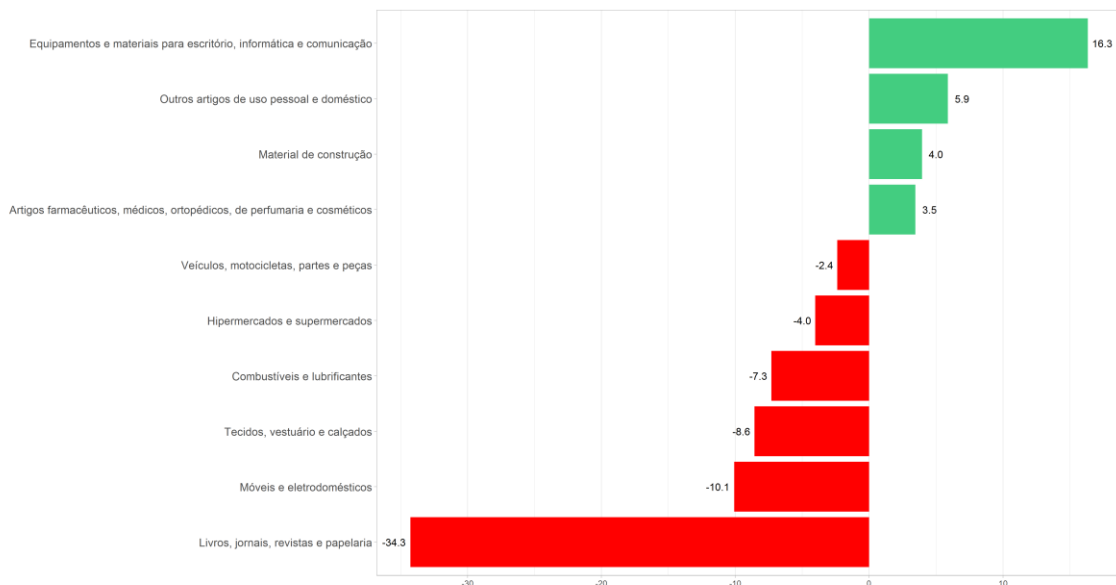


Fonte: IBGE

Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Na análise desagregada, é possível, no entanto, verificar que o resultado do trimestre não foi restrito a segmentos específicos. Ao contrário, observa-se que houve retração em nove das treze categorias consideradas – entre elas segmentos importantes como *Veículos, motocicletas, partes e peças* (-2,4%), *Hipermercados e supermercados* (-4,0%) e *Móveis e eletrodomésticos* (-10,1%). O Gráfico 6 apresenta os detalhes.

Gráfico 6 - Variação do volume de vendas no Comércio Varejista Ampliado por segmentos - 3º Trimestre de 2018. Trimestre contra mesmo trimestre do ano anterior - (%) - Distrito Federal

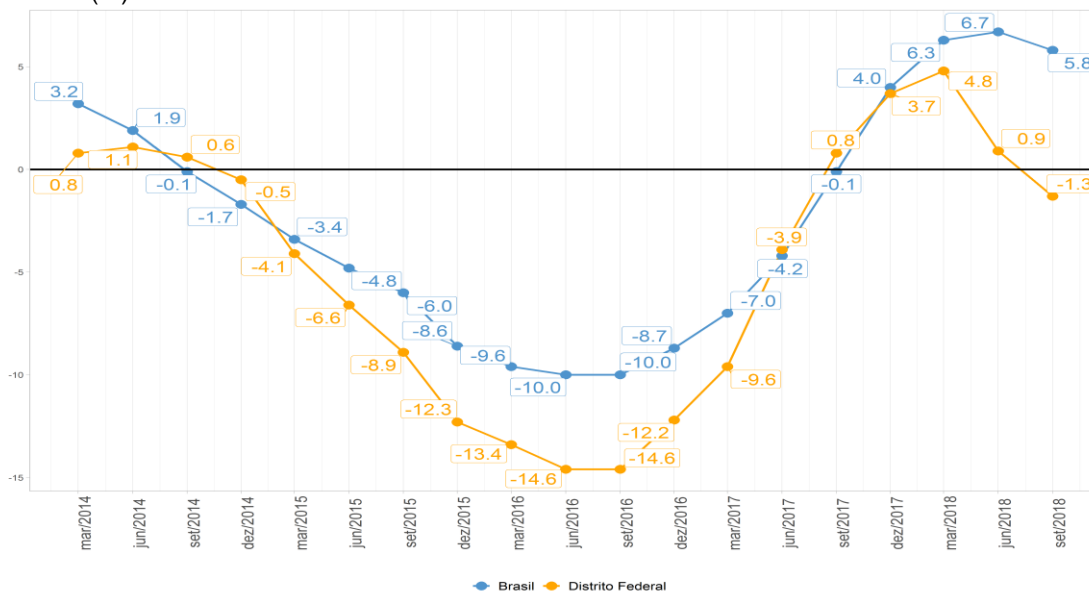


Fonte: IBGE

Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

O desempenho ruim do terceiro trimestre colocou o comércio novamente em terreno negativo na variação acumulada em 12 meses, após quatro trimestres de resultados positivos. Cabe notar, adicionalmente, o avanço no descolamento com a média nacional, ratificando o movimento divergente entre os indicadores regional e nacional (Gráfico 7).

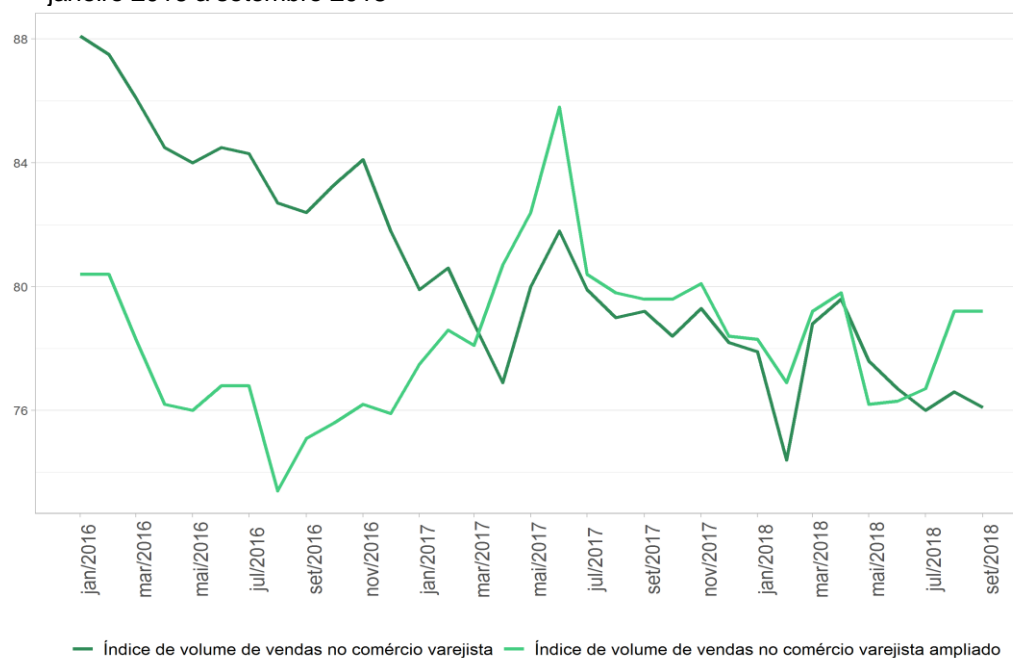
Gráfico 7 - Variação acumulada em 12 meses do volume de vendas no Comércio Varejista Ampliado (%) - Brasil e Distrito Federal



Fonte: IBGE
Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Não obstante o desempenho ruim do comércio na comparação com o mesmo trimestre de 2017, é possível observar alguma reação na comparação mensal. Em especial, maior dinamismo no segmento de material de construção contribuiu para a melhora do comércio varejista ampliado, ao passo que o comércio varejista restrito apresentou estabilidade conforme pode ser observado no Gráfico 8.

Gráfico 8 - Índice de volume do comércio varejista restrito e ampliado com ajuste sazonal - Brasília/DF - janeiro 2016 a setembro 2018



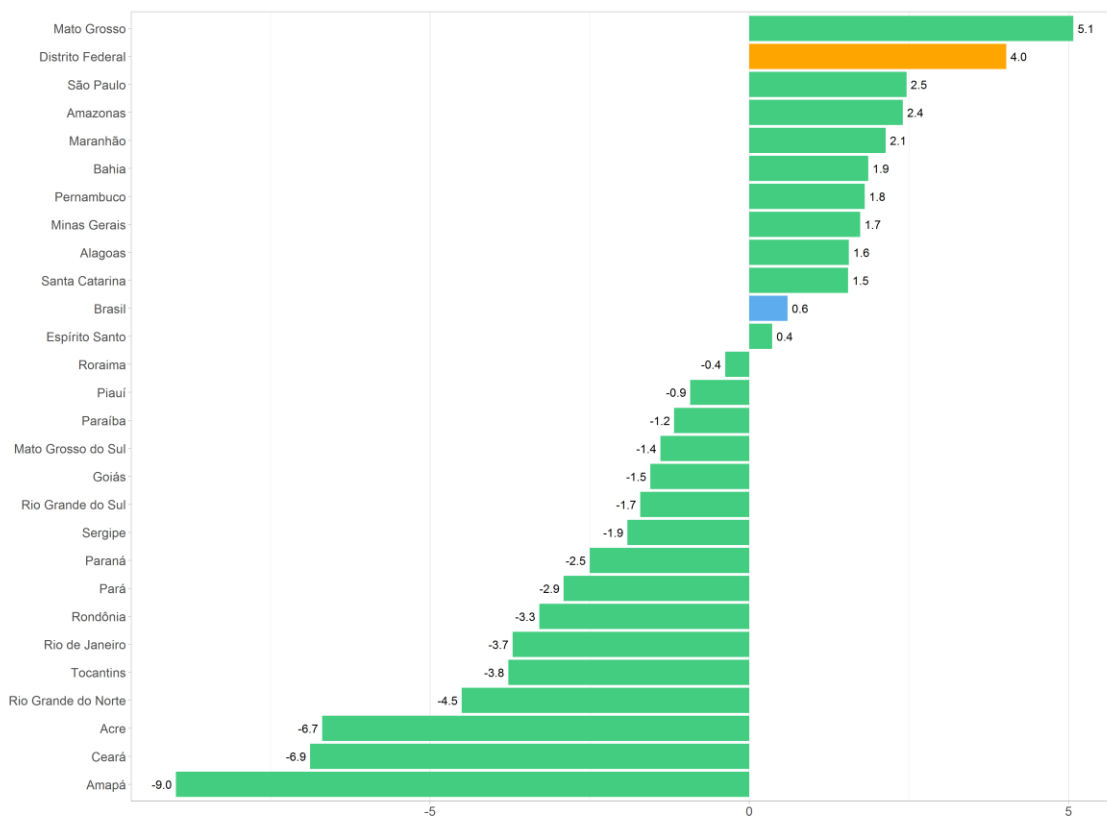
Fonte: IBGE
Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

3.2. Serviços

Em contraponto aos números negativos do comércio no Distrito Federal, a leitura da Pesquisa Mensal dos Serviços (PMS/IBGE) mostra um cenário ainda mais favorável para o segmento do que o reportado pelo Idecon-DF. Mais especificamente, houve avanço de 4,0% no terceiro trimestre deste ano frente ao mesmo trimestre de 2017. Na comparação com as demais regiões pesquisadas, o Distrito Federal registrou o segundo melhor desempenho, atrás apenas do Mato Grosso (5,1%) e muito superior à média nacional (0,6%) (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Variação do volume de Serviços - 3º Trimestre de 2018

Trimestre contra mesmo trimestre do ano anterior - (%) - Brasil e Unidades da Federação

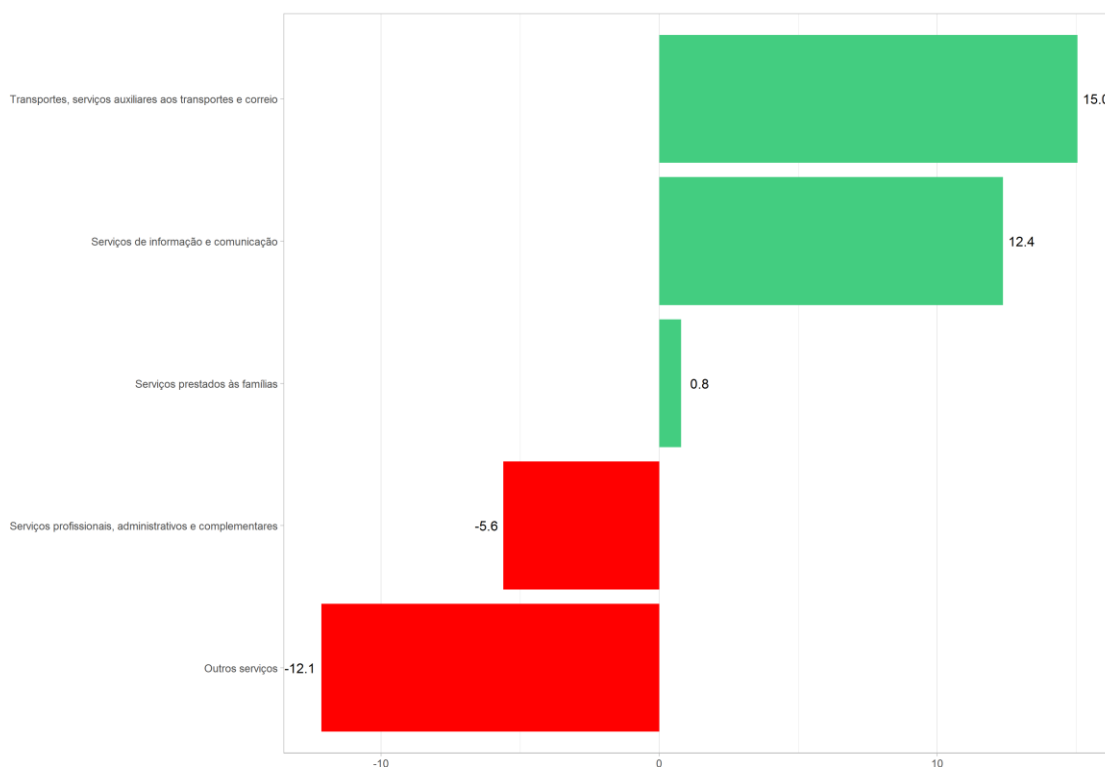


Fonte: IBGE

Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Na análise desagregada, nota-se que o segmento de *Transportes*, serviços auxiliares aos transportes e correio lideraram o avanço no trimestre (15,0%), seguido por *Serviços de informação e comunicação* (12,4%). Contudo alguns segmentos apresentaram retração no trimestre, como *Serviços profissionais, administrativos e complementares* (-5,6%) e *Outros serviços* (-12,1%). Entretanto deve-se ressaltar que esses segmentos registraram forte crescimento em agosto, o que sugere a existência de algum dinamismo (Gráfico 10).

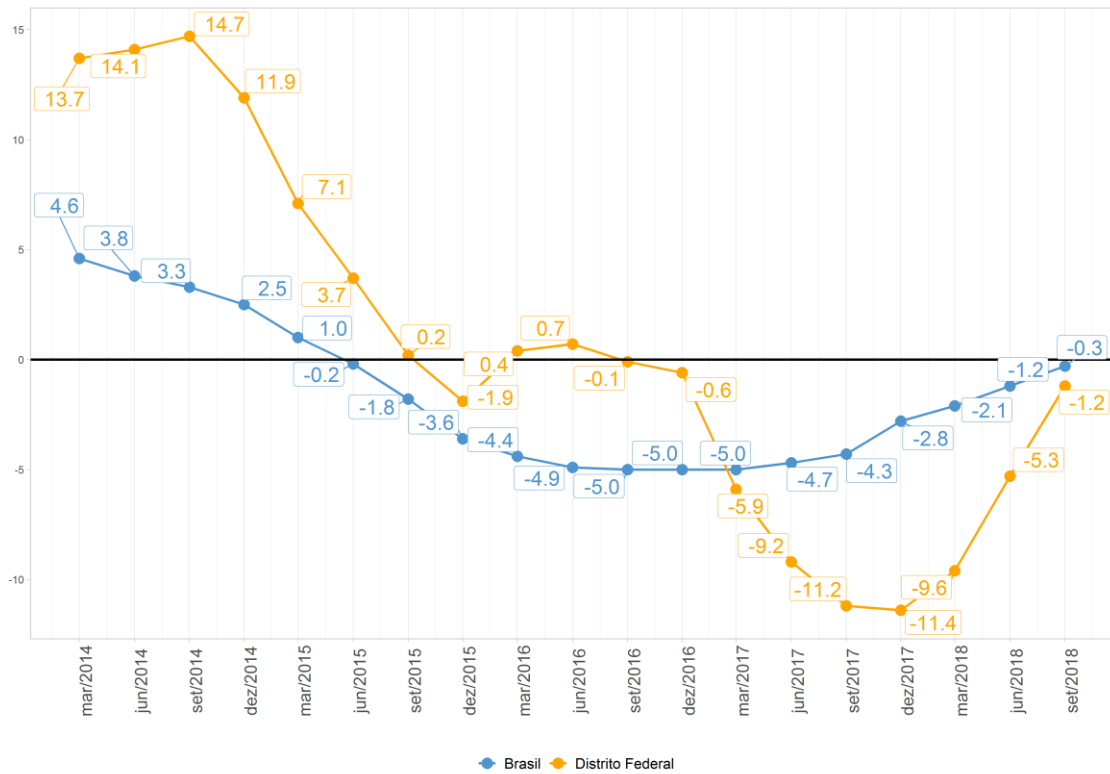
Gráfico 10 - Variação do volume de Serviços por segmentos - 3º Trimestre de 2018
Trimestre contra mesmo trimestre do ano anterior - (%) - Distrito Federal



Fonte: IBGE

Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Como resultado, no acumulado em doze meses, observa-se no Gráfico 11 manutenção na trajetória de recuperação iniciada em 2018 no Distrito Federal. Em especial, cabe ressaltar a velocidade desta recuperação: 10,2 pp em apenas três trimestres. O resultado é ainda mais relevante na medida que o setor privado de Serviços não financeiros é responsável por parcela significativa da atividade no Distrito Federal – cerca de 35%, de forma que o seu crescimento influencia profundamente a economia local.

Gráfico 11 - Variação acumulada em doze meses do volume de Serviços - (%) - Brasil e Distrito Federal - janeiro 2014 a setembro 2018

Fonte: IBGE
Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Por fim, a análise mensal do índice de volume deixa clara a evolução em 2018, embora com sinais de estabilidade nos meses mais recentes do período considerado (Gráfico 12). Uma leitura que se pode fazer do gráfico é a de que o setor continuou a cair enquanto outros segmentos já mostravam reação e, somente em 2018, aparentemente, conseguiu reverter sua trajetória, mostrando movimento ascendente, porém pouco acentuado.

Gráfico 12 - Índice do volume de Serviços (2014=100) - Com e sem Ajuste Sazonal Brasília/DF - janeiro de 2016 a setembro de 2018

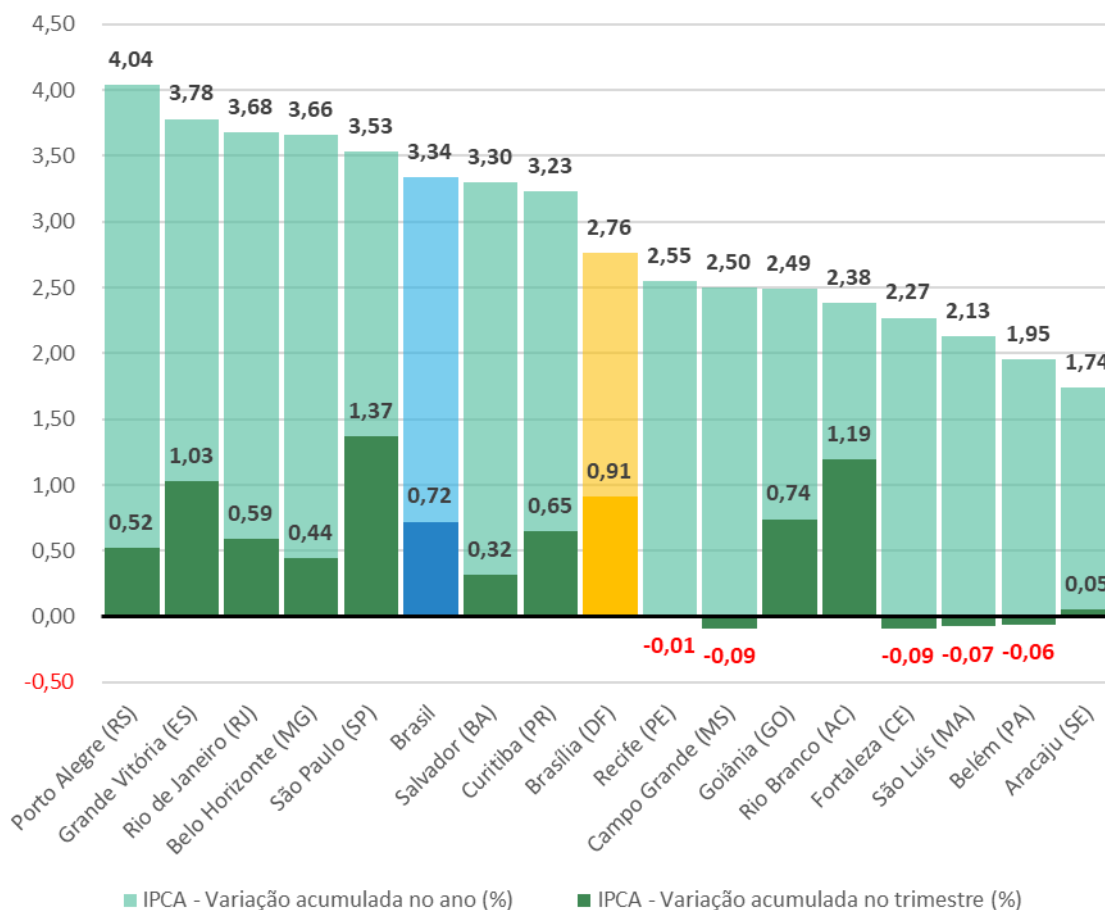
Fonte: IBGE
Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

A análise dos principais indicadores de atividade mostra a economia do Distrito Federal em recuperação, embora em ritmo bastante gradual. Adicionalmente, nota-se que esta recuperação não é homogênea, mas apresenta-se com maior vigor no setor de Serviços. Isto pode ser observado também nos indicadores de mercado de trabalho e de nível de preços. Como será analisado mais à frente, o setor de Serviços vem sendo responsável pela maior parte da geração de postos formais no DF, de acordo com registros do CAGED, ao passo que a inflação dos serviços registrou a maior alta entre as categorias analisadas. A seguir, o comportamento dos preços no DF será avaliado, mostrando que a inflação está em consonância com uma economia em baixo crescimento.

4. ANÁLISE DE PREÇOS

Após registrar variação de 1,76% no acumulado do segundo trimestre do ano, o nível geral de preços em Brasília acomodou o choque da greve dos caminhoneiros nos preços e, no terceiro trimestre, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE) para o Distrito Federal acumulou 0,91% de variação entre julho e setembro. Em relação ao comparativo entre regiões, o DF mostrou quarta maior variação acumulada no trimestre, porém, no acumulado no ano, registra inflação menor do que a média nacional. A localidade com maior inflação registrada no trimestre foi São Paulo (SP) e a com menor foi Campo Grande (MS). No ano, a maior inflação acumulada é registrada em Porto Alegre (RS) e a menor em Belém (PA). Note-se que Aracaju (SE) só começou a ter registro de IPCA a partir de maio, de forma que sua variação acumulada está com informações a menos (Gráfico 13).⁴

Gráfico 13 - IPCA - Variação acumulada no trimestre e no ano (%) - Brasil e regiões - setembro de 2018



Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan com os dados do IBGE.

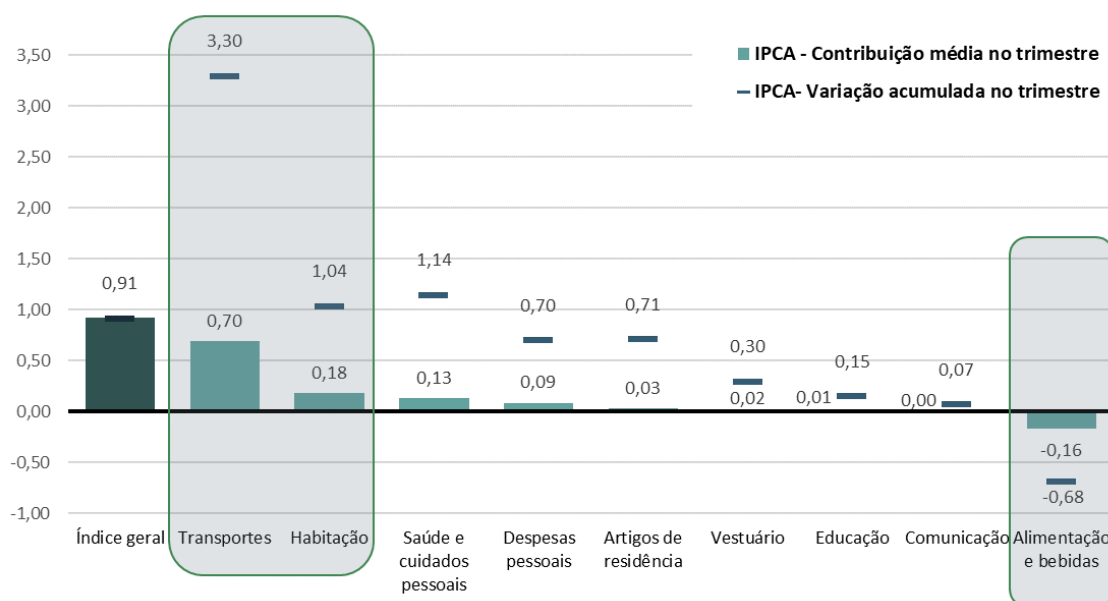
O resultado do terceiro trimestre no DF refletiu, em grande medida, o comportamento dos grupos *Transportes* (3,30%) e *Habituação* (1,04%). No grupo *Transportes*, os avanços da taxa de câmbio e do preço do petróleo no mercado internacional foram repassados aos preços domésticos, de forma que houve alta da gasolina (3,22%) e, também, de serviços que utilizam

⁴ Aracaju/SE, São Luís/MA e Rio Branco/AC só passaram a fazer parte do IPCA Brasil a partir de maio de 2018.

combustíveis fósseis como principal insumo, como é o caso do *transporte escolar* (6,34%), *transporte interestadual* (17,69%) e *passagens aéreas* (32,76%). Este último item, contudo, é também influenciado pelo período sazonal de férias. Ainda, apesar de ter registrado uma variação acumulada relativa menor, a gasolina tem grande peso na cesta de consumo das famílias de Brasília, de forma que impacta mais do que outros itens.

No grupo *Habituação*, houve forte pressão da energia elétrica residencial (6,35%). Por um lado, a manutenção da bandeira vermelha patamar 2⁵ durante todo o terceiro trimestre gerou alguma estabilização na tarifa de energia elétrica, ainda que em patamar elevado. Por outro lado, a aprovação de um reajuste extraordinário de 8,8% em média na tarifa de energia local (ou “cobrada pela CEB”), ocorrido no final de junho, exerceu impacto adicional na leitura do mês de julho, pressionando a inflação de Brasília para todo o trimestre.

Gráfico 14 - IPCA - Variação acumulada no trimestre (%) de cada grupo e contribuição média (pontos percentuais) de cada grupo na variação do trimestre - Brasília - setembro de 2018



Fonte: IBGE
Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Pelo lado da deflação, destaca-se o grupo Alimentação e Bebidas como pode ser visto no Gráfico 14. A variação acumulada no período fez com que a contribuição do grupo na inflação tenha sido negativa, segurando alta maior do índice. Para além do movimento sazonal, esse resultado tem raízes na greve dos caminhoneiros, que gerou um choque de alta no mês de junho, de 2,04%. Esse choque sofreu um processo de acomodação, com duas quedas consecutivas na variação de preços do grupo, em julho e em agosto. Assim, mesmo que no trimestre a variação tenha sido negativa, no ano, o grupo acumula inflação de 2,92% em setembro de 2018.

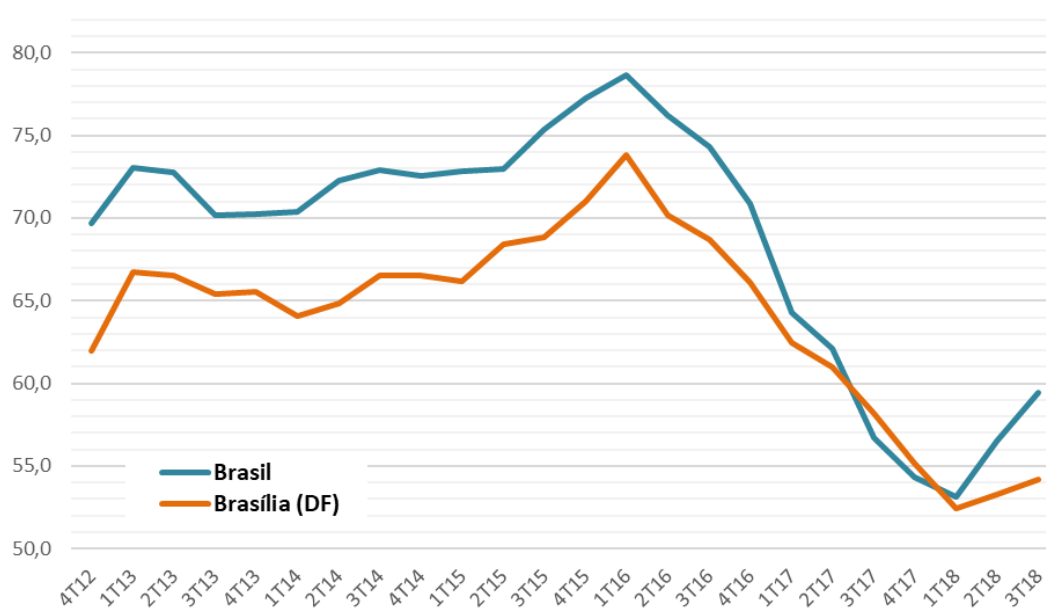
⁵ Na bandeira amarela, a tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,00 a cada 100 kWh consumidos. Na bandeira vermelha (patamar 1), este acréscimo é de R\$ 3,00. Já na bandeira vermelha (patamar 2), o acréscimo é de R\$ 5,00.

Tabela 2 - IPCA - subitens com as maiores (vermelho) e menores (verde) variações - variação acumulada no trimestre e peso médio no trimestre - Brasília - setembro de 2018

Subitens do IPCA	Variação trimestral (%)	Contribuição trimestral (pp)
Passagem aérea	32,76	0,49
Energia elétrica residencial	6,35	0,22
Gasolina	3,22	0,20
Empregado doméstico	1,35	0,09
Ônibus interestadual	17,69	0,07
Aluguel residencial	-1,10	-0,05
Batata-inglesa	-38,45	-0,05
Banana - prata	-20,56	-0,05
Cebola	-57,31	-0,06
Tomate	-35,16	-0,06

Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan com dados do IBGE.

Apesar das expressivas variações em determinados subitens (Tabela 2), o índice de difusão do IPCA mostra que o avanço dos preços apresentou caráter mais disseminado a partir do segundo trimestre, alcançando 54,2% no terceiro trimestre, considerando a média móvel de 4 trimestres.⁶ Como se pode observar no Gráfico 15 após a guinada ocorrida no segundo trimestre, não houve arrefecimento da trajetória no trimestre seguinte, de forma que a inflação tende a fechar ano com maior disseminação, ainda que esteja em níveis baixos, comparativamente a anos anteriores. Note-se ainda que a inflação do Brasil tem registrado maior difusão desde o primeiro trimestre de 2018, quando comparada a Brasília, podendo ser um reflexo, também, da greve dos caminhoneiros. Contudo, ambos os índices aparentam se movimentar em consonância no que toca à direção das trajetórias.

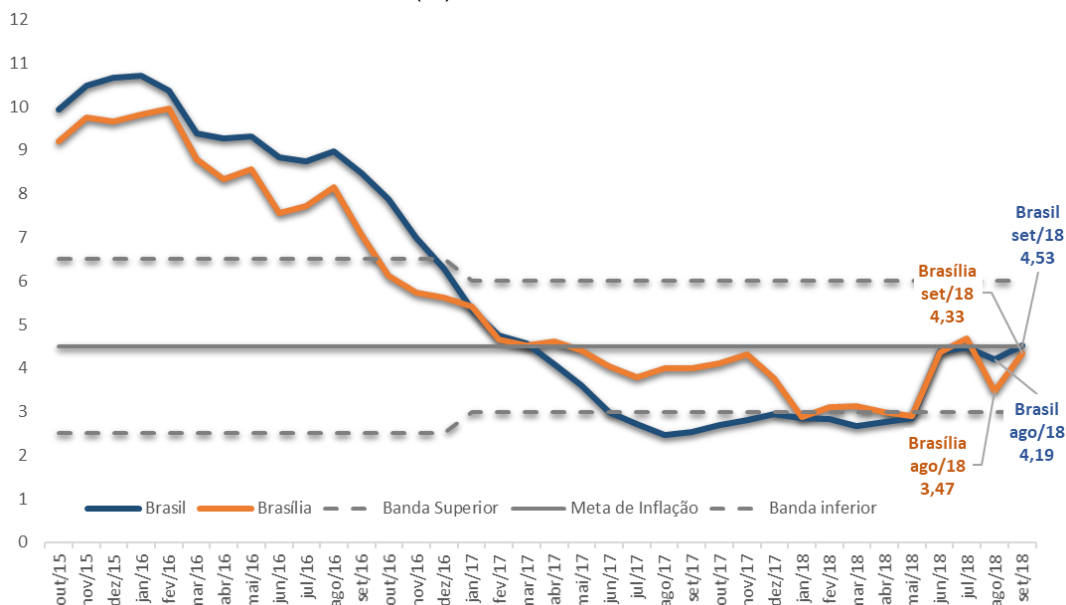
Gráfico 15 - IPCA - Índice de difusão (%) - Média móvel de 4 trimestres - Brasil e Brasília - 4º Trimestre de 2012 a 3º Trimestre de 2018

Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan com dados do IBGE.

⁶ O índice de difusão mede a proporção de subitens que apresentaram variação positiva no período analisado. Para esta análise, foram considerados os itens que apresentaram variação positiva no acumulado do trimestre.

A análise da trajetória do IPCA ao longo dos últimos doze meses revela que, a despeito dos fortes impactos derivados de segmentos específicos e do choque negativo provocado pela paralisação dos caminhoneiros no segundo trimestre, a inflação segue em patamar compatível com a meta perseguida pelo Banco Central tanto no âmbito regional como na média nacional. Isto se deve ao fato de o IPCA ter situado-se abaixo do limite inferior da meta até maio de 2018, o que permitiu acomodar estas variações sem, contudo, comprometer o objetivo da autoridade monetária (Gráfico 16), podendo ser reflexo do comportamento do hiato do produto ou de elevada ociosidade.

Gráfico 16 - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - Brasília/DF e Brasil - Variação acumulada em doze meses (%) - outubro de 2015 a setembro de 2018

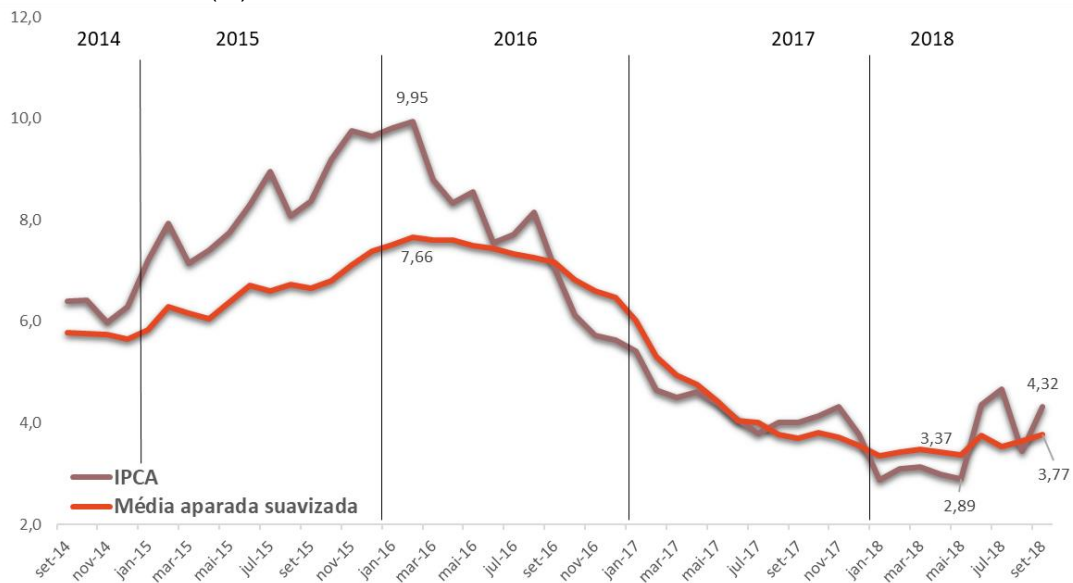


Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan com dados do IBGE.

Ademais, a medida de núcleo por média aparada suavizada – a qual retira do índice original os itens com as maiores e as menores variações em cada mês e suaviza as variações dos itens administrados⁷ – encontra-se em patamar bastante confortável (3,77%) e seu avanço foi bem menos pronunciado do que no IPCA original (Gráfico 17). Isto ratifica a conclusão de que, apesar de os aumentos terem sido mais disseminados, aqueles que registraram maior magnitude foram concentrados em um conjunto menor de itens.

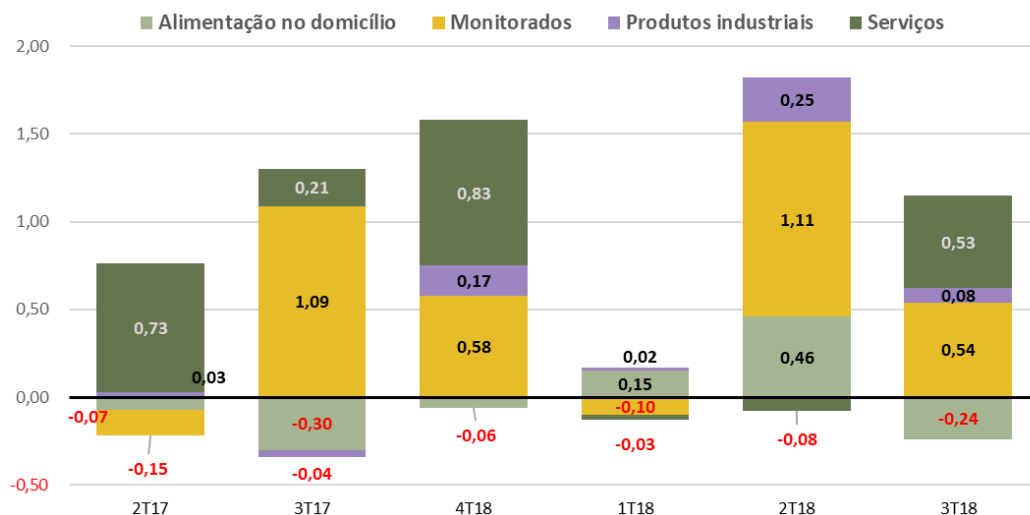
⁷ Para mais detalhes sobre a construção deste indicador, ver a Nota Técnica “Medidas de Núcleo para a Inflação de Brasília”.

Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/NT-Medidas-de-N%C3%BAcleo-de-Infla%C3%A7%C3%A3o-para-Bras%C3%ADlia.pdf>

Gráfico 17 - IPCA - Índice original e núcleo por média aparada suavizada - Variação acumulada em 12 meses (%) - Brasília - setembro de 2014 a setembro de 2018

Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan com dados do IBGE.

Por fim, a análise da evolução de segmentos selecionados do IPCA⁸ no Gráfico 18 revela que a trajetória dos preços livres – produtos industriais, serviços e alimentação no domicílio – tem apresentado comportamento mais moderado, especialmente no que diz respeito aos produtos industriais e à alimentação no domicílio. Apesar de, no segundo trimestre, este balanço ter-se alterado (em grande medida por conta da paralisação dos caminhoneiros), percebe-se já no terceiro um retorno a níveis mais baixos. Ainda, destaque deve ser dado ao segmento de monitorados – em especial *energia elétrica e gasolina* – que vem respondendo por grande parte das variações nos trimestres.

Gráfico 18 - IPCA por segmentos selecionados - Variação acumulada no trimestre (pp) - Brasília - 2º trimestre 2017 a 3º trimestre de 2018

Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan com dados do IBGE.

⁸ Os itens utilizados para construir os segmentos estão descritos no box “Atualizações das Estruturas de Ponderação do IPCA e do INPC e das Classificações do IPCA” do Relatório Trimestral de Inflação de Dezembro de 2011, divulgado pelo Banco Central do Brasil. Em especial, o segmento de produtos industriais é a soma dos segmentos de duráveis, semiduráveis e não duráveis.

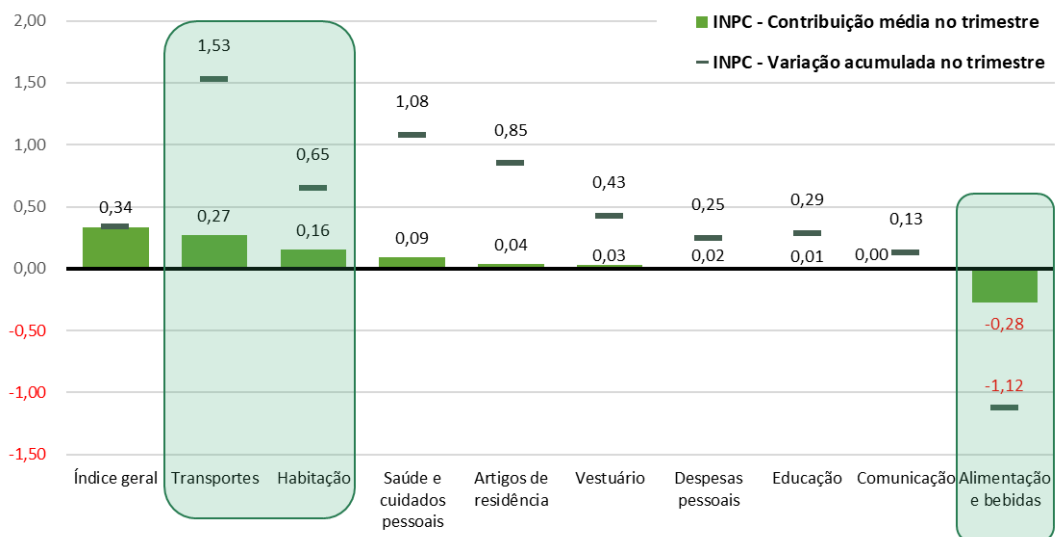
Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/relinf/port/2011/12/ri201112b3p.pdf>

4.1. Índice nacional de preços ao consumidor - INPC

O INPC – índice que calcula a variação dos preços para uma cesta representativa de consumidores com renda domiciliar entre um e cinco salários mínimos – apresentou elevação de 0,34% no terceiro trimestre, abaixo, portanto, daquela registrada pelo IPCA (0,91%). Em relação ao trimestre anterior, o INPC também registrou variação menor, mostrando trajetória similar ao do IPCA.

O Gráfico 19 mostra quais foram os grupos que mais contribuíram para o resultado acumulado no trimestre para o INPC de Brasília. Percebe-se que os grupos que mais contribuíram para o INPC são os mesmos que contribuíram para o IPCA, contudo em menor intensidade: transportes (0,27 pp) e habitação (0,16 pp). Não apenas isso, mas o grupo Alimentação e Bebidas teve contribuição bastante relevante para manter o resultado do INPC em níveis baixos, com 0,27 pp negativos.

Gráfico 19 - INPC - Índice geral e grupos - Brasília e Brasil - Acumulado no trimestre (%) - setembro de 2018



Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan com dados do IBGE.

Essa contribuição grande de alimentos se deve ao fato de que, para este perfil de consumidor, a alimentação no domicílio apresenta maior peso na cesta de consumo. Como pode ser visto na Tabela 3, três subitens da alimentação dentro de casa (o tomate, a cebola e batata-inglesa) tiveram peso negativo de 0,32 pontos percentuais. Entretanto os subitens com maior impacto na cesta se encontram nos grupos transportes (gasolina, ônibus interestadual e passagem aérea)⁹ e habitação (energia elétrica).

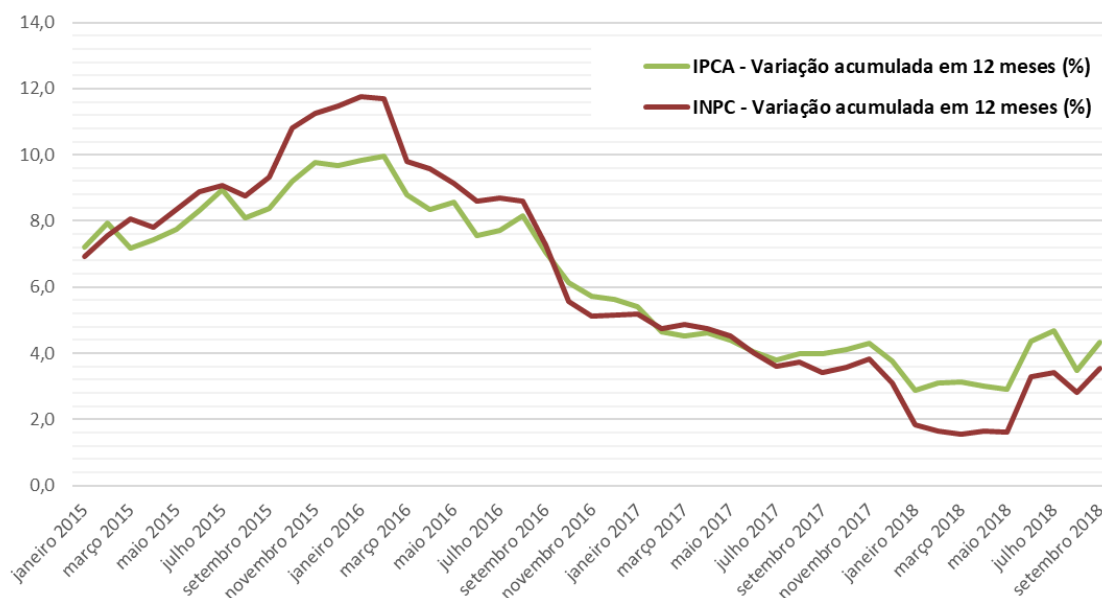
⁹ Vale notar que, enquanto no IPCA, as passagens aéreas foram as principais responsáveis pelo resultado trimestral com a maior contribuição, no INPC, elas aparecem com a quarta maior contribuição. Isso é reflexo direto da diferença de cestas de consumo.

Tabela 3 - INPC - subitens com as maiores (vermelho) e menores (verde) variações - Brasília/ DF - Variação acumulada no trimestre e peso médio no trimestre - setembro de 2018

Subitens do INPC	Variação trimestral (%)	Contribuição trimestral (pp)
Energia elétrica residencial	6,35	0,29
Gasolina	3,22	0,12
Ônibus interestadual	17,69	0,11
Passagem aérea	32,76	0,11
Arroz	7,58	0,08
Batata-inglesa	-38,45	-0,09
Automóvel usado	-4,63	-0,09
Aluguel residencial	-1,10	-0,10
Tomate	-35,16	-0,11
Cebola	-57,31	-0,12

Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan com dados do IBGE.

Note-se, no entanto, que apesar de se comportarem em consonância, a magnitude de variação é diferente do IPCA em relação ao INPC.¹⁰ No Gráfico 20, é possível observar que, desde meados de 2017, o INPC tem registrado variações menores do que o IPCA, indicando que para as famílias de menor renda, os preços têm-se comportado de forma mais estável, abaixo dos 4% em 12 meses. Assim, o INPC fechou o terceiro trimestre com uma inflação acumulada em 12 meses de 3,53%, enquanto o IPCA registrou 4,23% de variação. De toda forma, destaca-se que esse resultado está abaixo da meta de inflação do Banco Central, de 4,5%, o que contribui para a retomada do consumo das famílias do Distrito Federal.

Gráfico 20 - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) - Brasília/DF - Variação acumulada em doze meses (%) - janeiro de 2015 a setembro de 2018

Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan com dados do IBGE.

¹⁰ Isso decorre de as cestas de consumo das famílias serem diferentes, dados os rendimentos diferentes. Assim, enquanto o INPC tem por base cesta de famílias que recebem até cinco salários mínimos, o IPCA avalia a cesta das famílias que recebem entre um e 40 salários mínimos. A diferença de restrição orçamentária faz com que alguns produtos tenham maior ou menor peso na cesta e, portanto, a variação de seus preços tem maior ou menor importância no índice de preços.

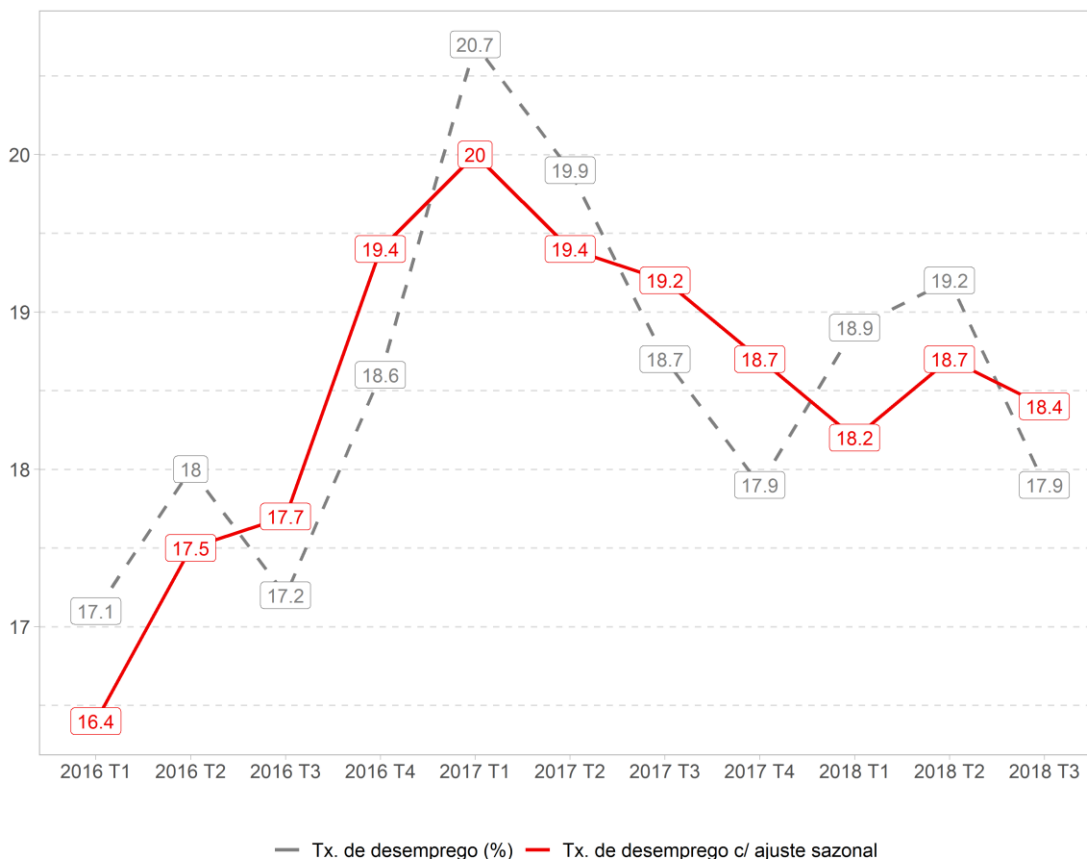
5. MERCADO DE TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL

A leitura dos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) referentes ao terceiro trimestre de 2018 mostra um quadro coerente com o nível de atividade do Distrito Federal, em que se observa uma evolução em relação ao observado tanto no trimestre anterior como no mesmo trimestre de 2017. Mais especificamente, houve redução da taxa de desemprego – ainda que modesta na série com ajuste sazonal (Gráfico 21). Esse resultado ganha importância quando considerado o avanço na taxa de participação neste ano, o que revela o maior dinamismo na criação de empregos. Sob este aspecto, cabe destacar que as ocupações com carteira assinada representaram quase a totalidade dos novos postos no setor privado neste terceiro trimestre de 2018 (Tabela 4).

Os registros do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED/MT) ratificam o melhor desempenho do setor privado formal neste ano, especificamente, do setor de Serviços. Assim, mesmo que os três grandes setores tenham apresentado saldo positivo no terceiro trimestre – o destaque vai para o setor de Serviços, com elevada geração de postos ao longo dos três trimestres de 2018 (Gráfico 24).

5.1. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED

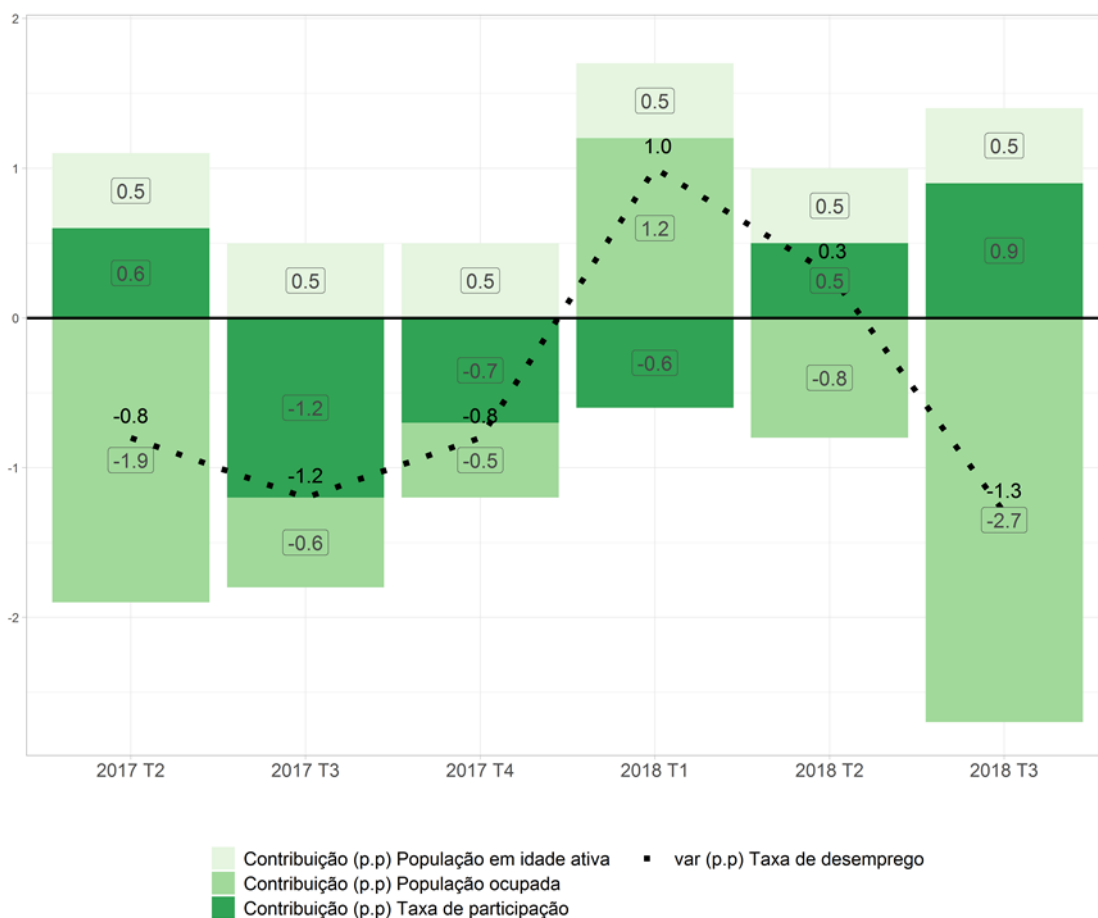
A taxa de desemprego medida pela PED foi de 18,4% no trimestre móvel encerrado em setembro, descontados os efeitos sazonais. Embora a redução ante o trimestre anterior seja modesta, o resultado indica que o aumento observado em junho não constituiu uma inflexão na trajetória de queda iniciada no primeiro trimestre de 2017 (Gráfico 21). Assim, em comparação ao terceiro trimestre de 2017, a redução da taxa de desemprego é estimada em 0,8 pp, o que converge com o resultado do nível de atividade econômica.

Gráfico 21 - Taxa de desocupação - Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) - Distrito Federal - 1º Trimestre de 2006 a 3º Trimestre de 2018 - (%)

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)

Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan - *Ajuste sazonal realizado pelo método X13ARIMA.

Adicionalmente, deve-se destacar o expressivo avanço no número de ocupados ante o segundo trimestre – 44 mil novas ocupações – e ante o mesmo trimestre de 2017 – 46 mil novas ocupações. Houve impacto limitado do número de ocupados sobre a taxa de desemprego por conta do significativo aumento na taxa participação no mercado de trabalho. O exercício de decomposição (Gráfico 22) revela que o avanço no número de ocupados contribuiu com 2,7 pp para a redução na taxa de desemprego entre o segundo e o terceiro trimestres de 2018 e o aumento na taxa de participação atenuou o efeito em 0,9 pp esse resultado. Note-se, contudo, que a elevação no número de ocupados e a alta na taxa de participação são indicativos de aumento de dinamismo no mercado.

Gráfico 22 - Decomposição da variação na taxa de desemprego - Distrito Federal - 2º Trimestre de 2017 a 3º Trimestre de 2018 - Contribuição em pp.

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)
 Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

No que diz respeito à composição, o setor privado concentrou mais da metade das novas ocupações (23 mil ou 52%) no trimestre – deste montante, quase a totalidade com carteira assinada, o que ratifica o bom desempenho do mercado de trabalho ao criar empregos não precários e com maior cobertura social. O setor público, por sua vez, foi responsável por outra grande parte das novas ocupações – 19 mil ou 43%. A Tabela 4 apresenta os resultados em maior detalhe.

Tabela 4 - Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) - Distrito Federal – 3º Trimestre de 2018 - Valores em milhares

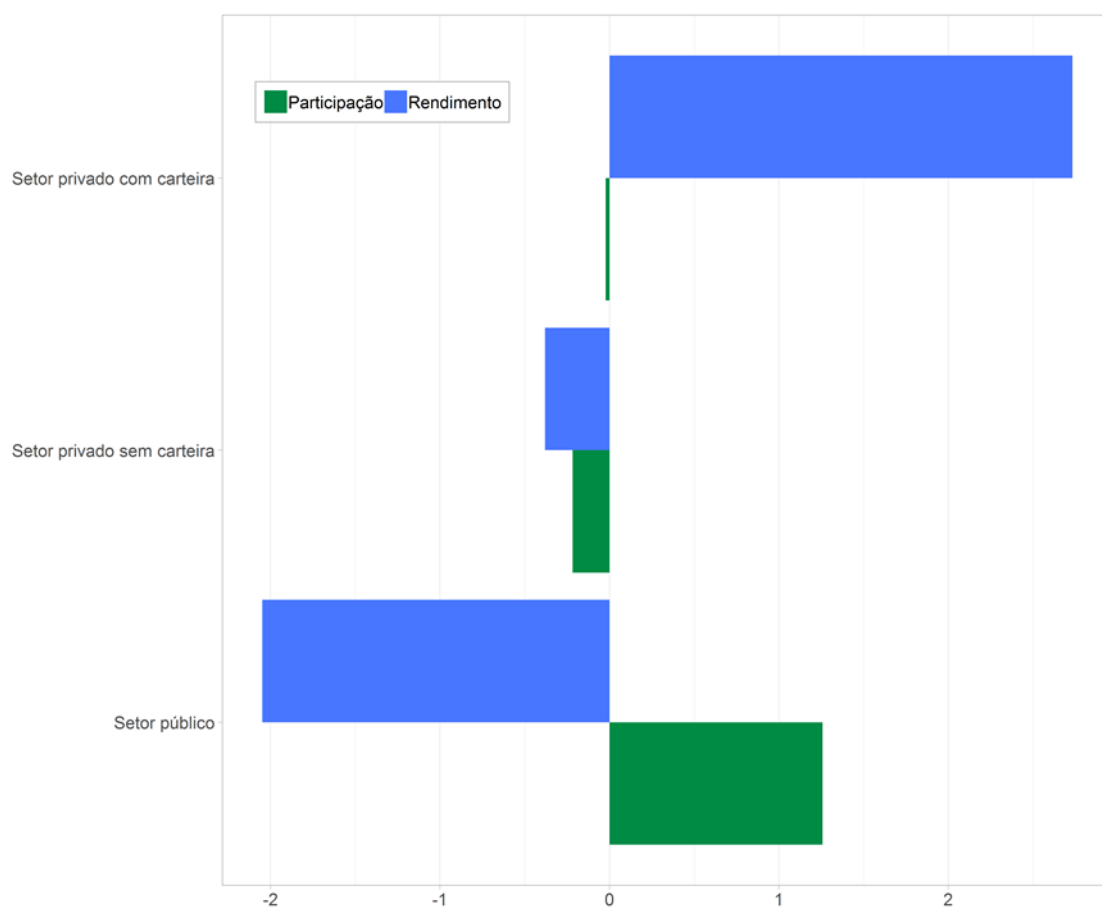
	set-2018/jun-2017				
	set/17	jun/18	set/18	Variação %	Variação Absoluta
Indicadores (em mil pessoas)					
<i>População</i>					
Em idade ativa	2464	2.509	2.524	0,6	15
Economicamente ativa	1634	1.646	1.674	1,7	28
Ocupados	1329	1.331	1.375	3,3	44
Desempregados	305	316	299	-5,4	-17
Inativos com 14 anos ou mais	830	862	849	-1,5	-13
<i>Posição na ocupação</i>					
Total de ocupados	1.329	1.331	1.375	3,3	44
Total de assalariados	960	942	985	4,6	43
Setor privado	654	644	667	3,6	23
Com carteira assinada	558	538	561	4,3	23
Sem carteira assinada	96	107	106	-0,9	-1
Setor público	305	298	317	6,4	19
Autônomos	185	188	190	1,1	2
Empregados domésticos	82	89	89	0,0	0
Demais posições	102	112	111	-0,9	-1
Taxas (em pontos percentuais)					
Variação p.p.					
Taxa de desemprego total	18,7	19,2	17,9	-	-1,3
Taxa de desemprego com ajuste sazonal	19,2	18,7	18,4	-	-0,3
Nível da ocupação	53,9	53,0	54,5	-	1,4
Taxa de participação na força de trabalho	66,3	65,6	66,3	-	0,7

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)
Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Ademais, houve incremento no rendimento médio dos ocupados no período. Vale ressaltar que as duas categorias – setor privado com carteira assinada e setor público – apresentam os maiores rendimentos médios, o que contribui para elevar o rendimento médio do total dos ocupados. O exercício de decomposição da variação no rendimento médio¹¹ (Gráfico 23) mostra que a elevação do número de trabalhadores no setor público no total de ocupados, juntamente com o aumento no rendimento dos ocupados no setor privado com carteira assinada foram os grandes responsáveis pelo incremento de 1,33% no rendimento médio real dos ocupados entre junho e setembro. Mais especificamente, o avanço na participação do setor público contribuiu com 1,25 pp, ao passo que o incremento nos rendimentos no setor privado com carteira contribuiu com 2,73 pp. O grande vetor no sentido contrário foi a queda de rendimento médio no setor público, que passou de R\$ 8.392,00 para R\$ 7.740,00, e contribuiu negativamente com 2,0 pp. isto é, enquanto o setor público influenciou positivamente o rendimento porque contratou mais pessoas, o setor privado mostrou aumento da remuneração dos funcionários, resultando em aumento do rendimento médio.

¹¹ Considera número de ocupados e rendimento médio no setor privado com carteira assinada, sem carteira assinada e servidores públicos.

Gráfico 23 - Decomposição da variação no rendimento médio dos ocupados - 3º Trimestre de 2018 - Distrito Federal - Contribuição em pp

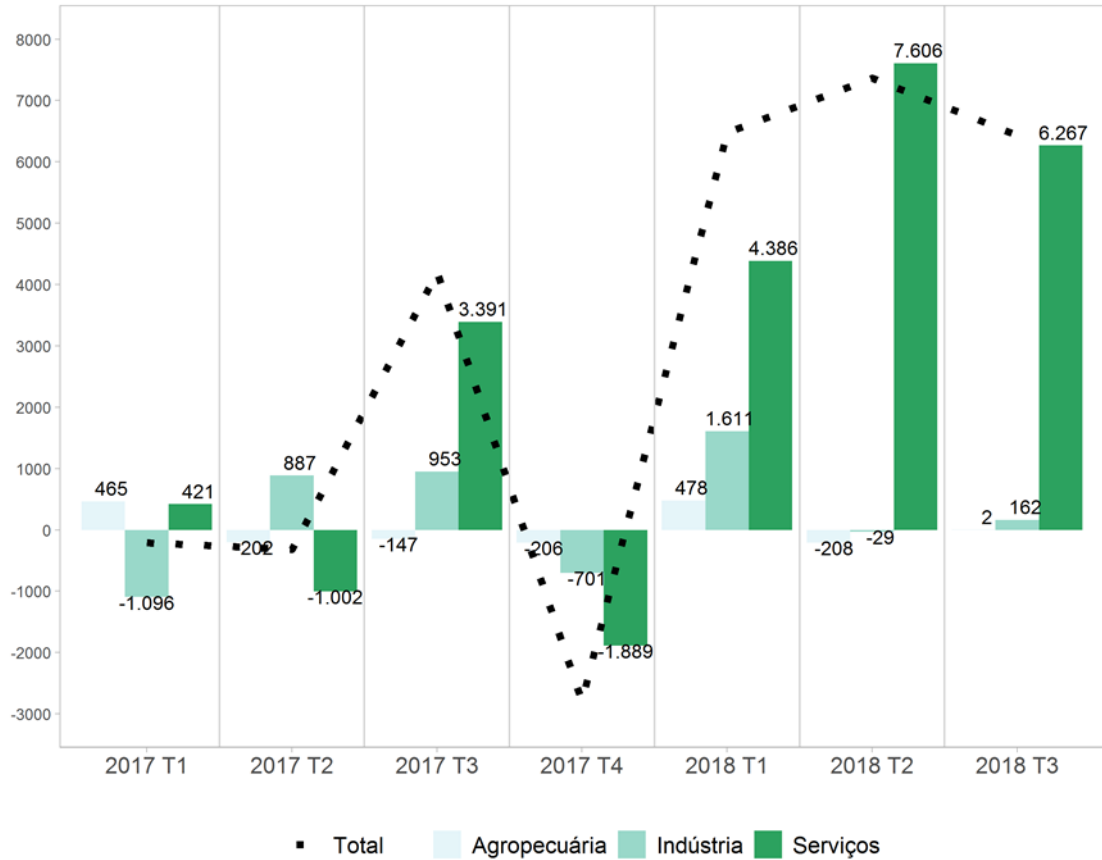


Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)
Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

A melhora no mercado de trabalho - em termos do número de ocupados, queda de taxa de desemprego e aumento do rendimento médio – tem relação com o aumento do consumo das famílias, por sua vez beneficiadas pela inflação sob controle. Mesmo com o comércio em queda, a atividade econômica no Distrito Federal tem mostrado reações importantes que, por sua vez, geram consequências positivas no mercado de trabalho, construindo um processo retroalimentado essencial para a retomada da economia.

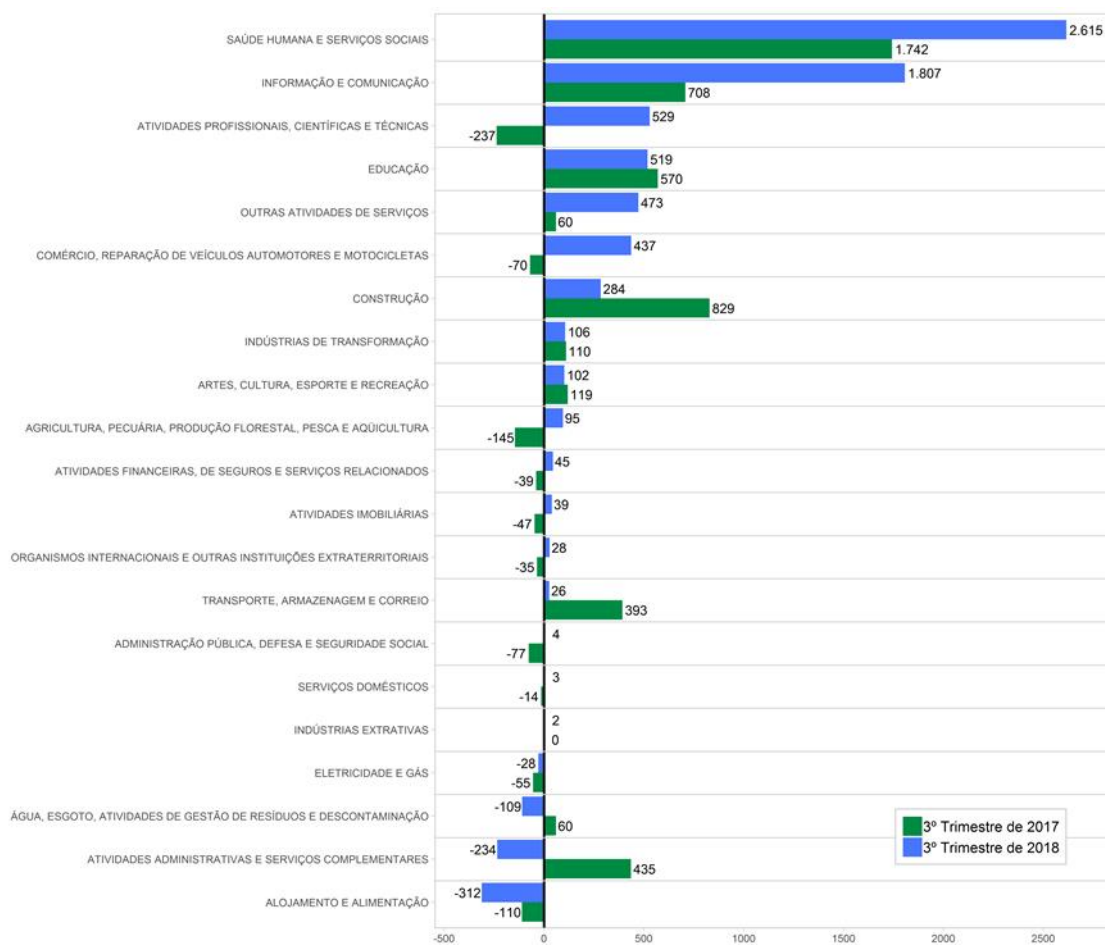
5.2. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED (MT)

Os registros do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED/MT) ratificam os resultados da PED-DF, mostrando bom desempenho do setor privado formal. Em particular, os três grandes setores apresentaram saldo positivo no terceiro trimestre, com destaque para o setor de Serviços (6.267). Em perspectiva, cabe notar os resultados mais robustos deste setor ao longo de 2018 quando comparado ao ano anterior. Indústria e agropecuária, apesar dos números modestos, mostram avanço em relação ao verificado no segundo trimestre (Gráfico 24).

Gráfico 24 - CAGED - Saldo entre admitidos (+1) e demitidos (-1) - Distrito Federal - 2017 T1 a 2018 T3

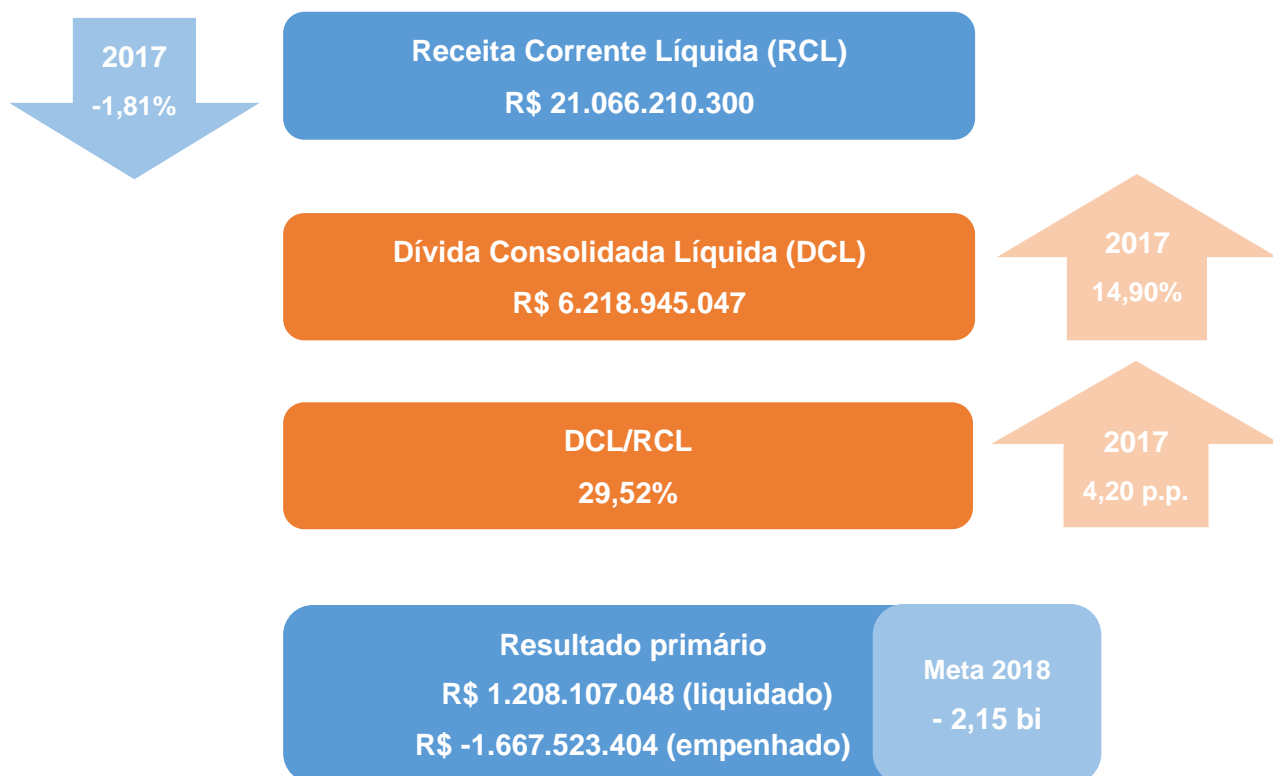
Fonte: CAGED - Ministério do Trabalho (MTE)
Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Por fim, entre as categorias que apresentaram avanço no trimestre frente ao mesmo trimestre do ano anterior, destacam-se Saúde Humana e Serviços Sociais (2.615), Informação e Comunicação (1.807) e Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas (529). No sentido oposto, estão os segmentos de Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (-109), Atividades administrativas e serviços complementares (-234) e Alojamento e alimentação (-312). De maneira geral, 13 das 21 atividades analisadas apresentaram resultados melhores nesta base de comparação (Gráfico 25).

Gráfico 25 - CAGED - Saldo entre admitidos (+) e demitidos (-) - Distrito Federal - 3º Trimestre 2017 e 2018

Fonte: CAGED - Ministério do Trabalho (MTE)
Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

6. FINANÇAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL¹²

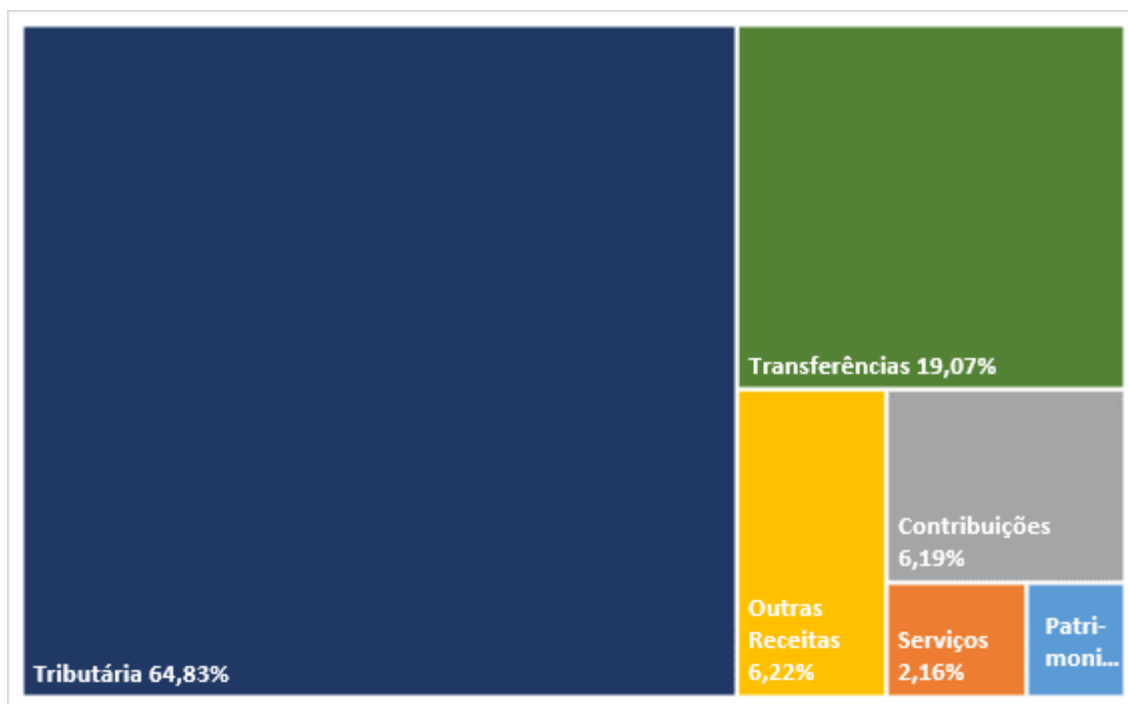


6.1. Receitas

A Receita Corrente Líquida (RCL) do Distrito Federal correspondeu a R\$ 21,07 bilhões em outubro de 2018 (acumulado em 12 meses), correspondendo a R\$ 21,51 bilhões em valores reais.¹³ Isso implica queda real de -1,81% na comparação com o mesmo período de 2017. Para entender o comportamento da RCL, é necessário observar a sua composição, que se dá principalmente pela arrecadação tributária e pelas transferências correntes da União (Gráfico 26).

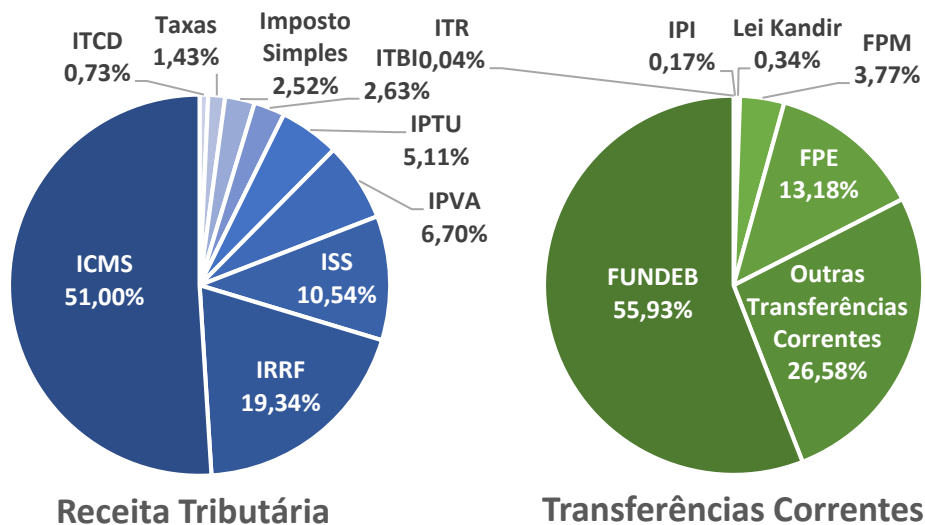
¹² Foram utilizados os dados extraídos do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), publicado com periodicidade bimestral pela Secretaria de Fazenda do GDF, apresentados neste quadro-resumo em valores nominais acumulados em 12 meses conforme disponibilizado no relatório desta Secretaria de outubro de 2018. As setas indicativas de crescimento ou queda nas laterais indicam as variações reais corrigidas pelo IPCA/IBGE. O resultado primário é obtido a partir das receitas realizadas e das despesas liquidadas do RREO.

¹³ Todos os valores reais neste capítulo foram corrigidos mensalmente pelo IPCA/IBGE a preços de outubro de 2018, exceto quando explicitado o contrário.

Gráfico 26 - Composição da receita corrente, Distrito Federal - valor acumulado em doze meses até outubro de 2018

Fonte: RREO/SEF-DF
Elaboração: DIEPS/Codeplan

Em relação à arrecadação tributária, o principal tributo do DF é o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), assim como nas demais unidades da Federação. O ICMS correspondeu a 51,00% do total das receitas tributárias no acumulado em doze meses até outubro de 2018 e 37,54% da RCL, valores levemente superiores aos do mesmo período do ano anterior, quando essas proporções foram de 50,69% e 35,98%, respectivamente. Ao longo de 2018 – de janeiro a outubro -, foi registrado um aumento real de 2,11% na arrecadação de ICMS e de 2,42% na arrecadação tributária como um todo.

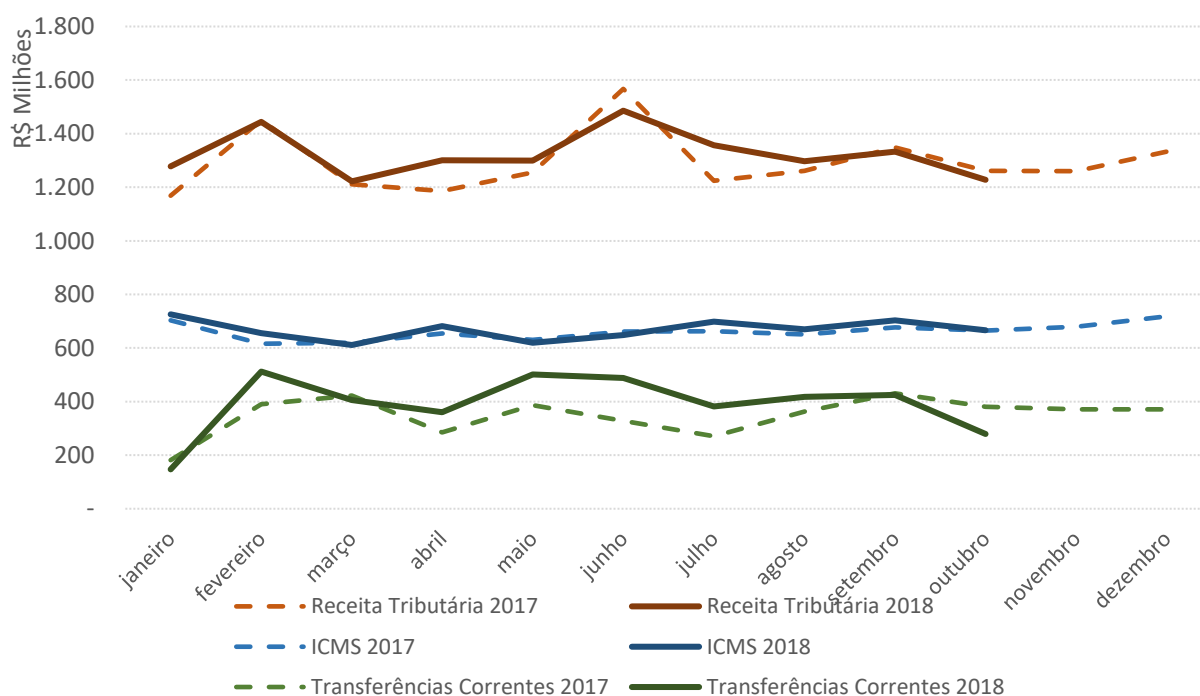
Gráfico 27 - Composição da receita tributária e das transferências correntes, Distrito Federal - valor acumulado em doze meses até outubro de 2018

Fonte: RREO/SEF-DF
Elaboração: DIEPS/Codeplan

Além do ICMS, o segundo tributo mais relevante na composição da receita tributária do Distrito Federal é o Imposto sobre Renda Retido na Fonte (IRRF,) somando 19,34% da arrecadação tributária local no acumulado em doze meses até outubro de 2018 (Gráfico 27). Apesar de o seu recolhimento ser feito pela União, os Estados e o DF ficam com a parcela do imposto que incide sobre a folha de pagamento dos seus próprios servidores.¹⁴ Na sequência se encontra o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) com 10,54% do total da receita tributária.

Entre as transferências, ainda sem considerar o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), a maior participação¹⁵ provém das transferências do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que correspondeu a 55,93% (R\$ 2,61 bilhões) das transferências correntes dos últimos 12 meses. O Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) corresponderam a 13,18% e 3,77% das Transferências Correntes, respectivamente. Essas transferências correntes, conforme pode ser observado no Gráfico 28, tiveram um aumento real de 13,97% na comparação com os primeiros dez meses do ano anterior, demonstrando valores superiores em todos os meses com a exceção de outubro, o que reflete uma situação mais favorável da União.

Gráfico 28 - Receita de ICMS, receita tributária e transferências correntes, Distrito Federal - comparação mensal 2017 a 2018 - R\$ milhões - valores reais



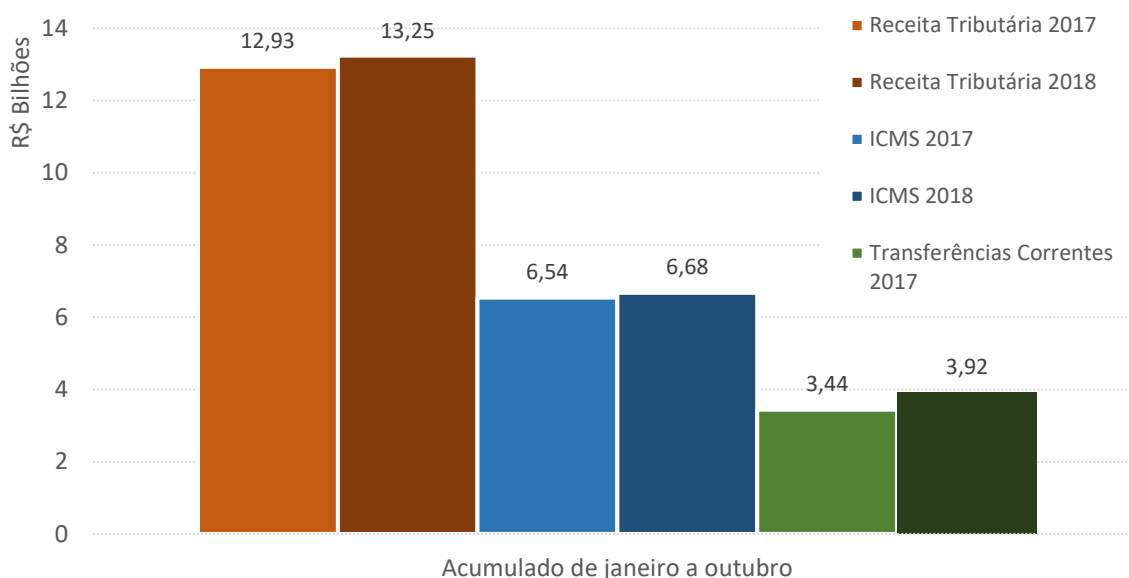
Fonte: RREO/SEF-DF
Elaboração: DIEPS/Codeplan

¹⁴ Segundo Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), Art. 85. Serão distribuídos pela União: II - aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, o produto da arrecadação, na fonte, do imposto a que se refere o artigo 43, incidente sobre a renda das obrigações de sua dívida pública e sobre os proventos dos seus servidores e dos de suas autarquias.

¹⁵ A conta Outras Transferências Correntes é divulgada pelos entes federados da forma agregada no RREO. Seus componentes de maior relevância são as transferências relativas ao SUS, aos convênios entre o GDF e a União, aos Fundos Municipais de Assistência Social (Fmas), ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e às Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais (com relevância às de Recursos Minerais (CFEM) e Recursos Hídricos (CFURH)).

Assim, apesar da queda real da RCL indicada inicialmente, o Gráfico 29 mostra o acumulado de janeiro a outubro de 2018 frente ao mesmo período de 2017. Observa-se, no saldo do ano, um aumento real dos principais componentes da RCL em relação a 2017, particularmente no que diz respeito às transferências correntes. A queda da RCL, portanto, se detém aos demais componentes, como as Deduções que levam em consideração deduções da receita para a formação do Fundeb, mas também as contribuições previdenciárias de servidores ativos, inativos e pensionistas civis. As Deduções registraram um aumento real de 25,84% na comparação do acumulado de janeiro a outubro de 2018 frente ao mesmo período de 2017 (R\$ 2,9 bilhões para R\$ 3,7 bilhões) e têm uma ordem de grandeza similar à das transferências correntes.

Gráfico 29 - Receita de ICMS, receita tributária e transferências correntes, Distrito Federal - acumulado de janeiro a outubro para 2017 e 2018 - R\$ bilhões - valores reais



Fonte: RREO/SEF-DF
Elaboração: DIEPS/Codeplan

Outra fonte importante de receita para o Distrito Federal é o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF). Esse representa a mais importante transferência da União às contas do governo distrital e é destinado principalmente a despesas com pessoal, saúde, educação e segurança.¹⁶ Como não é contabilizado entre as transferências correntes, o FCDF é observado separadamente.

O aporte anual de recursos destinados ao FCDF é corrigido anualmente pela variação da receita corrente líquida da União conforme definido na lei que o constitui.¹⁷ No somatório dos primeiros dez meses do ano, na comparação de 2017 para 2018, esse aporte passou de R\$ 11,98 bi para R\$ 11,74 bi, configurando uma queda real de -6,75%. Os meses de agosto e especialmente setembro contribuíram fortemente para essa queda, com um montante em 2018 de cerca de R\$ -480 milhões abaixo do valor recebido nesses meses no ano anterior, em termos reais (Gráfico 30).

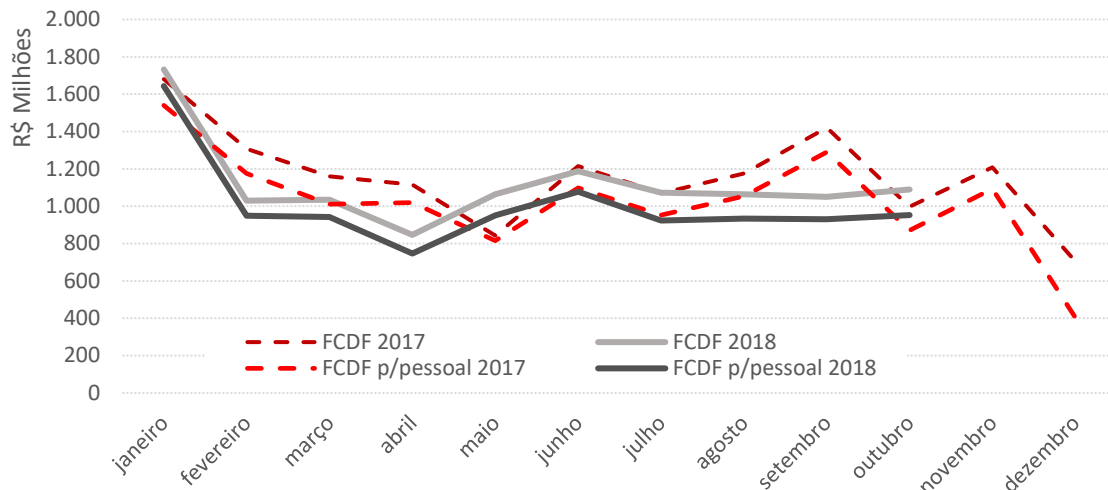
Do total de recursos transferido ao Fundo, a parte destinada exclusivamente para gastos com pessoal apontou uma queda de -9,28% no período em relação ao ano anterior. Nota-se que 89,91% do volume total de recursos do FCDF foi utilizado para despesas com

¹⁶ Como os gastos com segurança não são intermediados pelo Distrito Federal, consta aqui apenas o montante destinado à saúde e educação, registradas no RREO.

¹⁷ Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002.

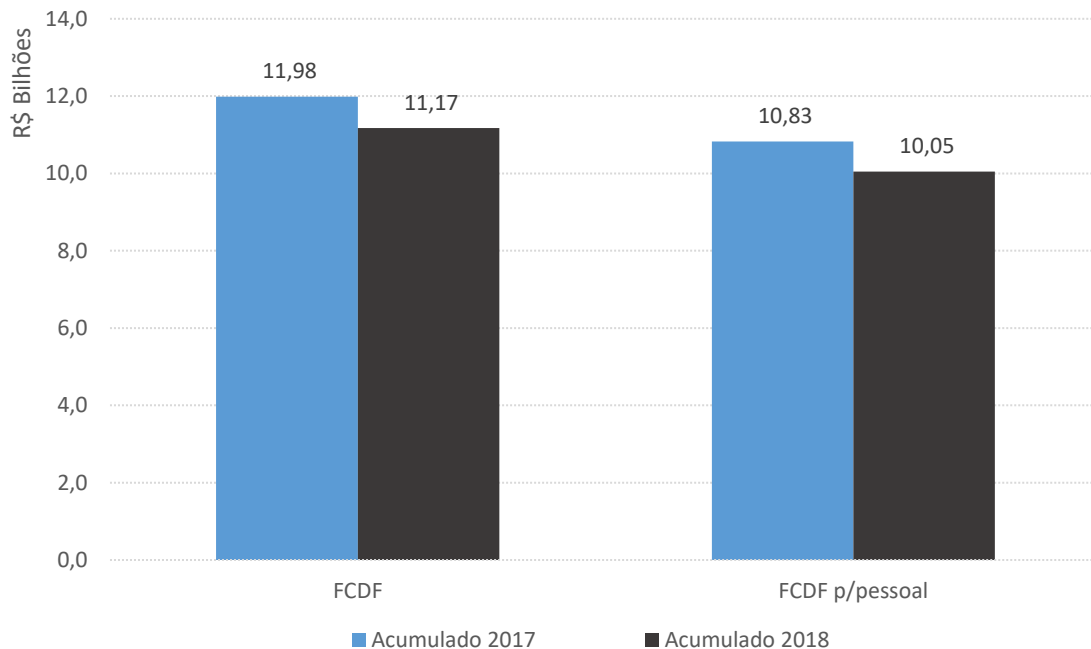
peçoal, proporção inferior à verificada nos mesmos dez meses de 2017, quando essa proporção foi de 90,34% (Gráfico 31).

Gráfico 30 - Receita do FCDF e gasto com peçoal, Distrito Federal - comparação mensal entre 2017 e 2018 - R\$ milhões - valores reais



Fonte: RREO/SEF-DF
Elaboração: DIEPS/Codeplan

Gráfico 31 - Recursos do FCDF e gasto com peçoal, Distrito Federal - comparação do acumulado nos primeiros dez meses de 2017 e 2018 – R\$ bilhões – valores reais



Fonte: RREO/SEF-DF
Elaboração: DIEPS/Codeplan

6.2. Despesas

Diante da proposta de visão geral deste boletim, foi priorizada a análise do comportamento de duas despesas do Distrito Federal, sendo elas os gastos com peçoal e com os investimentos. Os dados de gasto com peçoal foram extraídos do Relatório de

Gestão Fiscal, de periodicidade quadrimestral, razão pela qual estas informações estão em valores nominais e se referem ao segundo quadrimestre de 2018.

Figura 1 - Gasto líquido com pessoal sobre Receita Corrente Líquida (RCL), Distrito Federal – quadrimestres de 2016, 2017 e 2018¹⁸

Q1/2016	Q2/2016	Q3/2016	Q1/2017	Q2/2017	Q3/2017	Q1/2018	Q2/2018
47,08%	47,49%	46,82%	47,19%	44,81%	46,07%	45,44%	44,95%

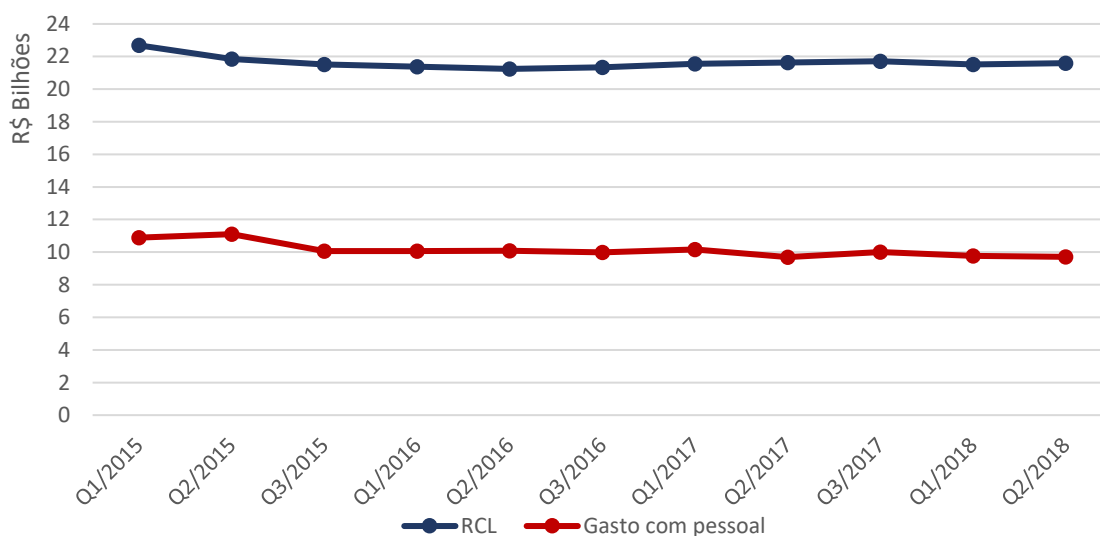
	Limite máximo (49,00%)
	Limite prudencial (46,55%)
	Limite de alerta (44,10%)

Fonte: RGF/SEF-DF
Elaboração: DIEPS/Codeplan

Pode-se notar uma maior disciplina fiscal nos gastos com pessoal em relação a 2016, ponto de relevância para a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), e uma redução do gasto em relação aos dois quadrimestres anteriores. O segundo quadrimestre de 2018 registrou um dos resultados mais austeros desde 2016, ficando atrás apenas do mesmo período de 2017. O Distrito Federal encerrou 2016 com a proporção de gasto com pessoal em 46,82% da RCL, no limite prudencial da LRF (entre 46,55% e 49,00%). Em 2017, encerrou o ano em 46,07%, mantendo-se no degrau imediatamente inferior o limite de alerta (44,10% e 46,54%), patamar no qual se mantém como mostra a Figura 1.

Apesar de se encontrar acima do mesmo período de 2017, o segundo quadrimestre de 2018 apresentou maior disciplina fiscal em relação ao período imediatamente anterior, pois registrou uma expansão de 0,40% de sua RCL aliada a uma queda de -0,67% de seus gastos com pessoal. O comportamento quadrimestral de cada item é apresentado no Gráfico 32.A. Conforme fica claro na visualização por número índice (Gráfico 32.B), destaca-se a recuperação da RCL simultânea ao controle dos gastos com pessoal.

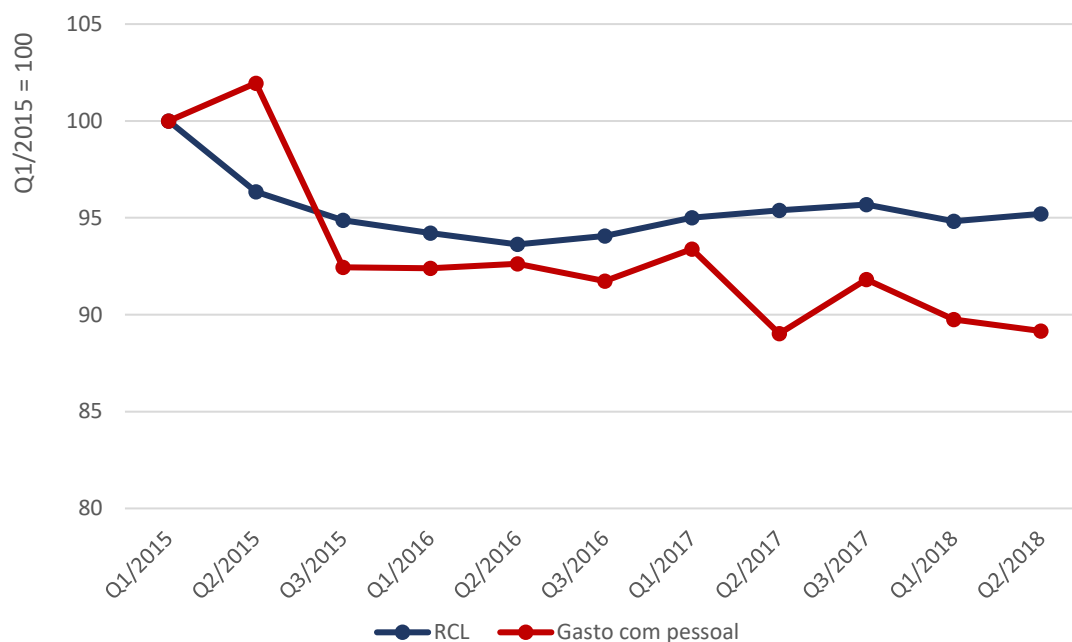
Gráfico 32.A - Receita Corrente Líquida (RCL) e gastos com pessoal, Distrito Federal - quadrimestres de 2015 a 2018 - R\$ bilhões - valores reais¹⁹



Fonte: RGF/SEF-DF
Elaboração: DIEPS/Codeplan

¹⁸ Proporção divulgada quadrimestralmente, referente às despesas executadas nos últimos 12 meses.

¹⁹ Os dados foram corrigidos pela inflação quadrimestral ao final do período pelo IPCA/IBGE. Assim, os dados da RCL podem diferir ligeiramente dos anteriormente apresentados com ajuste inflacionário mensal.

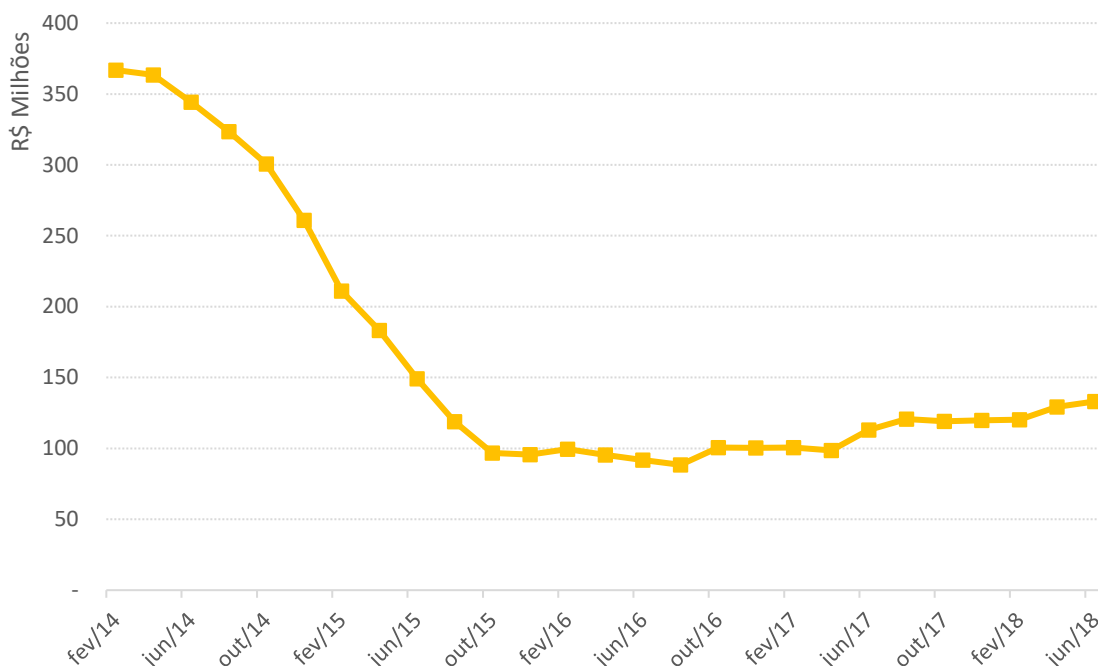
Gráfico 32.B - Receita Corrente Líquida (RCL) e gastos com pessoal, Distrito Federal - quadrimestres de 2015 a 2018 - número índice onde Q1/2015 = 100 - valores reais

Fonte: RGF/SEF-DF
Elaboração: DIEPS/Codeplan

6.3. Investimentos

Na comparação com os investimentos públicos distritais realizados em 2017 (acumulados de janeiro a outubro), o volume dessa categoria de despesa teve um aumento real de 27,51% em relação a 2017 e de 70,83% em relação a 2016. Os valores apresentam forte oscilação, com típica elevação no último bimestre de cada ano. Na intenção de controlar essa sazonalidade observada no final de cada ano, o comportamento do volume de investimentos nos últimos anos é apresentado em uma média móvel de seis bimestres no Gráfico 33.

Além disso, note-se que, a partir de junho de 2014, o patamar de investimentos teve uma queda visível, acompanhando a entrada num contexto recessivo da atividade econômica da região. Isto posto, a tendência a partir de 2016 indica um crescimento do volume, corroborando a tese de estabilização do processo de retração econômica.

Gráfico 33 - Investimentos do Distrito Federal - série bimestral da média móvel de um ano, de 2014 a 2018 - R\$ milhões - valores reais²⁰

Fonte: RREO/SEF-DF
Elaboração: DIEPS/Codeplan

6.4. Resultado e Meta

O resultado primário do DF avalia o esforço fiscal do governo e é medido pela diferença entre a receita e a despesa primárias do Distrito Federal. A meta de resultado primário fixada no anexo de metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano de 2018 foi de R\$ -2,15 bilhões.

Esse resultado correspondeu em valores nominais a um superávit de R\$ 1,28 bilhão no somatório de janeiro até outubro, quando se considerando as despesas liquidadas pelo governo do Distrito Federal. Já no que se refere às despesas empenhadas, é registrado um déficit de R\$ -1,67 bilhão, ainda dentro da meta.

6.5. Sustentabilidade do Endividamento

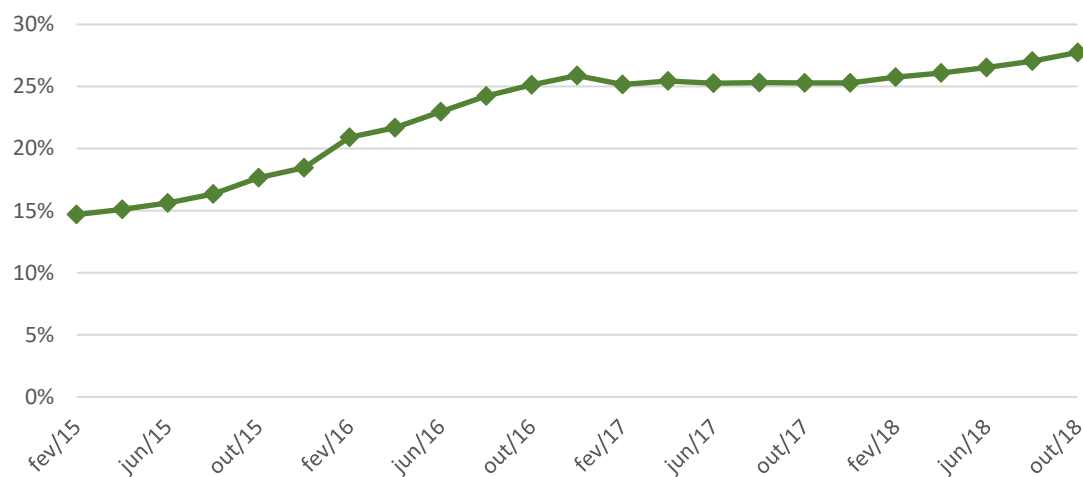
Um dos mais importantes indicadores fiscais para as Unidades Federativas é a proporção da Dívida Consolidada Líquida²¹ (DCL) sobre a Receita Corrente Líquida (RCL), no período de 12 meses. Essa proporção foi de 28,91% até outubro de 2018, tendo correspondido no mesmo período de 2017 a 24,70% em valores reais. Os patamares se encontram distantes do limite de alerta (180% da RCL) e do limite por resolução do Senado Federal (200%), mas apontam um comportamento sistematicamente crescente.

²⁰ Somatório dos valores reais corrigidos bimestralmente a preços de outubro de 2018 pelo IPCA/IBGE. Foi utilizada uma média móvel de seis bimestres para representar a tendência.

²¹ De acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a DCL representa o montante da Dívida Consolidada (DC) deduzido o saldo relativo aos haveres financeiros (disponibilidade de caixa e demais haveres financeiros).

Para ilustrar a trajetória do endividamento do Distrito Federal, é apresentada a sua tendência por meio de uma série da média móvel de seis bimestres da DCL sobre a RCL do Distrito Federal (Gráfico 34).

Gráfico 34 - Endividamento do Distrito Federal - série bimestral da média móvel de um ano, de 2015 a 2018²² - DCL/RCL



Fonte: RREO/SEF-DF
Elaboração: DIEPS/Codeplan

²² Somatório dos valores reais corrigidos bimestralmente a preços de outubro de 2018 pelo IPCA/IBGE. Foi utilizada uma média móvel de seis bimestres para representar a tendência.

**Companhia de Planejamento
do Distrito Federal - Codeplan**

Setor de Administração Municipal
SAM, Bloco H, Setores Complementares
Ed. Sede Codeplan
CEP: 70620-080 - Brasília-DF
Fone: (0xx61) 3342-2222
www.codeplan.df.gov.br
codeplan@codeplan.df.gov.br